

FECOMÉRCIO

**VEÍCULO: NOVO JORNAL
PAULA**

DATA: 10.01.15

EDITORIA: MARCOS SÁ DE



► Marcelo Queiroz na solenidade de posse do novo presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae RN, José Álvares Vieira

Classificação: Positiva

VEÍCULO: JORNAL DE HOJE

DATA: 10.01.15

EDITORIA: CAPA



VEÍCULO: COMPANHIA DA NOTÍCIA

DATA: 09.01.15

Marcelo Queiroz prestigia posse de presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae



Presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, e o novo presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae RN, José Álvares Vieira

O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN, Marcelo Fernandes de Queiroz, participou na manhã desta quinta-feira, 08, da solenidade de posse do novo presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae RN, José Álvares Vieira, que foi realizada na sede da entidade e reuniu lideranças empresariais e políticas além de autoridades como o senador Garibaldi Alves Filho; o prefeito de Natal, Carlos Eduardo Alves; o presidente do Tribunal de Justiça do estado, Cláudio Santos; e o secretário de Desenvolvimento Econômico do estado, Orlando Gadelha Simas Neto.

José Vieira – que também é presidente da Federação da Agricultura do RN – substituiu Silvio Bezerra, que presidia o Conselho desde 2011, como representante da Federação das Indústrias (Fiern). Como conselheiro do Sebrae, Marcelo Queiroz destacou o trabalho de Bezerra e o apoio que pretende dar ao novo presidente,

além de exaltar o revezamento das entidades setoriais na presidência do CDE.

“Em um estado onde mais de 96% das empresas são micro e pequenas, o papel de uma instituição como o Sebrae no fomento ao desenvolvimento econômico é fundamental. A presença, constante e alternada, de representantes das principais entidades empresarias na presidência do Conselho Deliberativo da entidade, como foi o caso de Silvio Bezerra – que deixa como legado um grande trabalho e um esforço contínuo para fazer sempre cada vez melhor – e, tenho certeza, será agora com José Vieira, só fortalece este trabalho. Na condição de conselheiros e de representantes de um dos setores mais importantes da nossa economia que é o de comércio, serviços e turismo, nós da Fecomércio pretendemos continuar participando ativamente de todas as ações do Sebrae, sempre buscando dar apoio e suporte às nossas empresas, que são as grandes responsáveis pela geração de emprego e renda para nosso povo”, disse Queiroz.

No seu discurso de despedida, Silvio Bezerra fez questão de registrar um agradecimento ao apoio que recebeu de todos os conselheiros para tocar um trabalho que ele classificou como “gratificante” e “engrandecedor”. Bezerra também agradeceu a todos os colaboradores do Sebrae.

Já José Vieira, pontuou em sua fala que pretende dedicar máximo empenho à nova função “por acreditar que nela será possível influenciar positiva e diretamente no desenvolvimento social e econômico de todas as regiões do nosso estado”. Ele finalizou o discurso com uma frase, atribuída a São Francisco de Assis que, segundo ele próprio, traduz o espírito com o qual se lança nos desafios de presidir o Conselho Deliberativo do Sebrae:

“Comece fazendo o necessário. Depois faça o possível. De repente, verás que estarás fazendo o impossível”.

O vice-presidente da Fecomércio e conselheiro suplente do Sebrae, Luiz Antonio Bezerra Lacerda também prestigiou a solenidade desta quinta-feira.

Fonte: Assessoria de Comunicação da Presidência do Sistema Fecomércio RN

Curtir isso:
Curtir Carregando...

Relacionado

Classificação: Positiva

VEÍCULO: TRIBUNA DE NOTÍCIAS **DATA:** 09.01.15

Tribuna de Notícias: Marcelo Queiroz prestigia posse de José Vieira como novo presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae RN



O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN, Marcelo Fernandes de Queiroz, participou na manhã desta quinta-feira, 08, da solenidade de posse do novo presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae RN, José Álvares Vieira, que foi realizada na sede da entidade e reuniu lideranças empresariais e políticas além de autoridades como o senador Garibaldi Alves Filho; o prefeito de Natal, Carlos Eduardo Alves; o presidente do Tribunal de Justiça do estado, Cláudio Santos; e o secretário de Desenvolvimento Econômico do estado, Orlando Gadelha Simas Neto.

José Vieira – que também é presidente da Federação da Agricultura do RN – substituiu Silvio Bezerra, que presidia o Conselho desde 2011, como representante da Federação das Indústrias (Fiern). Como conselheiro do Sebrae, Marcelo Queiroz destacou o trabalho de Bezerra e o apoio que pretende dar ao novo presidente, além de exaltar o revezamento das entidades setoriais na presidência do CDE.

“Em um estado onde mais de 96% das empresas são micro e pequenas, o papel de uma instituição como o Sebrae no fomento ao desenvolvimento econômico é fundamental. A presença, constante e alternada, de representantes das principais entidades empresarias na presidência do Conselho Deliberativo da entidade, como foi o caso de Silvio Bezerra - que deixa como legado um grande trabalho e um esforço contínuo para fazer sempre cada vez melhor - e, tenho certeza, será agora com José Vieira, só fortalece este trabalho. Na condição de conselheiros e de representantes de um dos setores mais importantes da nossa economia que é o de comércio, serviços e turismo, nós da Fecomércio pretendemos continuar participando ativamente de todas as ações do Sebrae, sempre buscando dar apoio e

suporte às nossas empresas, que são as grandes responsáveis pela geração de emprego e renda para nosso povo”, disse Queiroz.

No seu discurso de despedida, Silvio Bezerra fez questão de registrar um agradecimento ao apoio que recebeu de todos os conselheiros para tocar um trabalho que ele classificou como “gratificante” e “engrandecedor”. Bezerra também agradeceu a todos os colaboradores do Sebrae.

Já José Vieira, pontuou em sua fala que pretende dedicar máximo empenho à nova função “por acreditar que nela será possível influenciar positiva e diretamente no desenvolvimento social e econômico de todas as regiões do nosso estado”. Ele finalizou o discurso com uma frase, atribuída a São Francisco de Assis que, segundo ele próprio, traduz o espírito com o qual se lança nos desafios de presidir o Conselho Deliberativo do Sebrae: “Comece fazendo o necessário. Depois faça o possível. De repente, verás que estarás fazendo o impossível”.

O vice-presidente da Fecomércio e conselheiro suplente do Sebrae, Luiz Antonio Bezerra Lacerda também prestigiou a solenidade desta quinta-feira

Classificação: Positiva

VEÍCULO: BLOG DO CARLOS COSTA

DATA: 09.01.15

MARCELO QUEIROZ PRESTIGIA POSSE DE JOSÉ VIEIRA NO SEBRAE



O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN, Marcelo Fernandes de Queiroz, participou na manhã desta quinta-feira, 08, da solenidade de posse do novo presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae RN, José Álvares Vieira.

o evento foi realizado na sede da entidade e reuniu lideranças empresariais e políticas além de autoridades como o senador Garibaldi Alves Filho; o prefeito de Natal, Carlos Eduardo Alves; o presidente do Tribunal de Justiça do estado, Cláudio Santos; e o secretário de Desenvolvimento Econômico do estado, Orlando Gadelha Simas Neto.



- See more at: <http://www.carloscosta.com.br/#sthash.Ds9GKrMg.dpuf>

SESC

VEÍCULO: JORNAL DE FATO.COM

DATA: 11.01.15

EDITORIA: MOSSORÓ

rápida

Continua neste domingo o Circuito Verão Sesc

Seguir neste domingo, 11, na unidade local do Serviço Social do Comércio (Sesc), o Circuito Verão Sesc. Neste ano, as atividades estão sendo realizadas na praia. Dentre as atividades que serão disponibilizadas aos consumidores estão torneios de futebol e vôlei. Já na parte cultural, os grandes destaques são o cinema, música ao vivo e apresentações artísticas de dança e marulengo. Uma série de atividades na área de recreação também será oferecida para as crianças, com jogos de tabuleiro, recreação aquática, aulas de dança, oficinas de teatro, ginástica aeróbica, entre outras. Depois de Mossoró, o circuito ainda será realizado nas unidades do Sesc em Caçó, nos dias 17 e 18, e em Natal, no Sesc Parnaíba, nos dias 24 e 25. A programação se encerrará no dia 31, na praia de Pirangi, em Parnamirim.

De fato
3
MOSSORÓ
Domingo
11 de janeiro
de 2015

Classificação: Positiva

Caicó/Macaíba

Brincando nas Férias prorroga inscrições

As crianças de Caicó e Macaíba ainda podem ser inscritas no Brincando nas Férias, projeto do Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Norte (Sesc/RN) que traz este ano o tema "A magia da diversão".

As inscrições começaram ontem (10) e vão até o dia 16, a instituição do Sistema Fecomércio recebe inscrições para o projeto, cuja programação acontece no mês de janeiro e envolve atividades recreativas, jogos pré-desportivos, recreação aquática, passeio recreativo, piquenique, contação de histórias, sessão de cinema e oficinas. Para garantir a vaga, basta ir à unidade Sesc da cidade e efetivar a inscrição.

Dependentes de comerciários, dependentes de conveniados e usuários podem ser inscritos. As ações recreativas do Brincando nas Férias têm como objetivo promover



As ações recreativas têm como objetivo promover bem estar, diversão e entretenimento durante as férias escolares.

bem estar, diversão e entretenimento durante as férias escolares das crianças, com uma programação diversificada, ações de caráter lúdico, recreativo, cultural, social e de saúde.

A colônia de férias nas unidades Sesc Macaíba e Sesc Seridó, acontece de 19/01/15 a 23/01/15. Já no Sesc Potilândia (Natal) e no Sesc Mossoró, onde as inscrições já foram encerradas, acontece de 12/01/2015 a 16/01/2015. O horário das atividades é sempre das 7h às 11h. Para os filhos de comerciários, o valor da inscrição é de R\$30; para

os dependentes de conveniados é de R\$60, e para os dependentes de usuários custa R\$80.

Com o tema "A magia da diversão", a programação do projeto contempla ações diversificadas, destinadas a promover a diversão e a contribuir para o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos dos pequenos. O projeto conta com a participação de uma equipe multidisciplinar, composta por recreadores, educadores físicos, assistentes sociais, pedagogos, nutricionistas e profissionais de trabalhos manuais.

Classificação: Positiva

VEÍCULO: GAZETA DO OESTE

DATA: 11.01.15

EDITORIA: MOSSORÓ

Sesc abre temporada do Circuito Verão

Começa neste sábado a oitava edição do Circuito Verão Sesc. A abertura na unidade mossoroense marca também o início das atividades anuais do Serviço Social do Comércio (Sesc) em todo o Estado. A programação, que é totalmente gratuita, segue até amanhã e a novidade este ano é o formato indoor, ou seja, as atividades acontecem dentro das unidades Sesc, para oferecer ainda mais conforto e segurança ao público.

As edições anteriores do Circuito Verão para o público mossoroense ocorreram na Praia de Tibau, atendendo também os veranistas, já que nesta época do ano a cidade praiana costuma receber uma grande quantidade de vi-



EDNILTO NEVES

Ilsa Galvão e Michelson Frata falam sobre novidades do evento, que acontece na sede do Sesc

grande quantidade de visitantes, a sua maioria que reside em Mossoró. "Para este ano, nos baseamos numa pesquisa feita com o próprio público que apontou o desejo de que a programação do Circuito ocorresse aqui na unidade em Mossoró e não mais em Tibau. Como o nosso público prioritário é o comerciário, então resolvemos atender o que a pesquisa mostrou e montamos toda a programação em cima do que a unidade nos oferece. Sabemos que teremos muito mais estrutura e conforto aqui e, conseqüentemente, atenderemos de forma ainda mais satisfatória", disse a diretora de Programas Sociais do Sesc, Ilsa Galvão.

Além de Mossoró, o Circuito Verão ocorrerá em Natal e em Caicó. Os esportes são o grande destaque da programação: torneios competitivos de vôlei de areia e futebol de campo fazem parte da programação, além dos torneios recreativos de vôlei de areia, mini-

e orientações sobre câncer de pele de forma descontraída com o grupo Sesc Dramaturgia.

Para Michelson Frota, presidente do Sindvarejo e membro da diretoria da Fecomércio, com a programação ocorrendo nas unidades do Sesc, os usuários terão uma gama de atividades que as praias e outros locais externos não possibilitavam. "Além de toda a estrutura, também contaremos com muito mais segurança, o que nos dias atuais é muito importante", ressalta.

Na área da recreação, uma série de atividades será oferecida, como jogos de tabuleiro, recreação aquática, aulas de dança e um espaço kids com oficinas de balão, pintura em rosto, piscina de bolinha e confecção de brinquedos. O Sesc Seridó, em Caicó, será o segundo a realizar o Circuito Verão (dias 17 e 18/01) e, no Sesc Ponta Negra, em Natal, o evento acontecerá nos dias 24 e 25/01.

futebol de campo e queimado. Cinema, música e apresentações artísticas - como de mágica e de mamulengos - estarão entre as atrações na área de cultura. Já em saúde, serão feitas medições do índice glicêmico

A programação do projeto será encerrada dia 31/01, na praia de Pirangi (Parnamirim), com a última apresentação de Alpendre, 4º show-concerto do projeto Parcerias Sinfônicas Sesc.

Classificação: Positiva

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 10.01.15

EDITORIA: NATAL

Licitação entra em debate a partir de segunda-feira

« TRANSPORTE » Edital da licitação dos transportes será debatido em quatro audiências públicas que vão desta segunda(12) até o dia 16

A partir desta segunda-feira (12) até 16 de janeiro, a Prefeitura de Natal abrirá o edital de licitação do Sistema Municipal de Serviços Públicos de Transportes Coletivos Urbanos de Passageiros de Natal para discussão com a comunidade. O edital visa conceder a operacionalização do sistema de transporte para a iniciativa privada, via autorização, concessão ou permissão. No último dia, ocorrerá uma audiência pública consolidatória.

No dia 16, a audiência consolidatória irá anexar ao projeto as sugestões da comunidade. O prefeito Carlos Eduardo Alves já definiu a aprovação na Câmara Municipal de Natal do projeto de lei, que delimita as regras de operacionalização do transporte público, como prioridade para 2015. Apesar de não ter caráter autorizativo, o projeto é subsídio jurídico para publicação do edital da licitação, já em fase final.

Nem todos os 59 pontos apresentados pelo PL do Executivo, reencaminhado à CMN pela terceira vez em outubro de 2014, são consenso: a continuidade (ou extinção) do cargo de cobradores, bem como a regulamentação das manifestações públicas de trabalhadores do sistema de transporte e a cobrança do Relatório de Impacto Sobre o Trânsito (Ritur) para novos empreendimentos. Somente nas primeiras discussões, ainda dentro da Comissão de Planejamento Urbano, Meio Ambiente, Transporte e Habitação, o



Com a licitação, novas regras de operacionalização serão estabelecidas para o transporte público

Cronograma

Audiências públicas programadas

- ▶Data: 12/01/2015, das 08h às 14h. Região Sul: Sesc/Senac – Av. Prefeito Omar O'Grady (Prolongamento da Av. Prudente de Moraes), s/n, Pitimbu.
- ▶Data: 14/01/2015, das 08h às 14h. Região Norte: IFRN Zona Norte – Rua Brusque, 2926, Conj. Santa Catarina.
- ▶Data: 13/01/2015, das 08h às 14h. Região Leste: Sesc Cidade Alta – Rua Cel. Bezerra, 33, Cidade Alta.
- ▶Data: 15/01/2015, das 08h às 14h. Região Oeste: Cemure – Av. Cel. Estevam (Av. 9), 3705, N.º 5.ª de Nazaré.

projeto já recebeu 45 emendas.

De acordo com o presidente da comissão de transportes, Aroldo Alves (PSDB), o projeto começou a ser analisado em novembro do ano passado, em audiência pública na Casa. O prazo para apreciação de emendas era 9 de dezembro. Entretanto, segundo ele, a chegada de projetos emergenciais, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 e a lei para democratização escolar impediram a votação do projeto.

Líder do prefeito na CMN, o vereador Júlio Protásio (PSB) afirma que o projeto é "pormenorizado" e vai requerer a atenção da Casa no início das atividades de 2015. "É um projeto polêmico que vai levantar muita

discussão na Casa. A lei proíbe a dupla função de motorista e cobrador; dupla jornada; adequa recomendações feitas pelo TRT fazendo com que ônibus sejam modernos e com pouco barulho. É um projeto pormenorizado", explica. "É prioridade do Governo, inclusive para se votar antes do código tributário."

Para o prefeito Carlos Eduardo, o projeto é prioridade, uma vez que beneficiará os 500 mil usuários de transporte público da cidade. Mas ele reconhece que envolverá muita articulação política. "Não é um processo fácil porque envolve recursos vultosos, muitos interesses, e a Prefeitura tem se conduzido com diálogo e transparência", avalia.

Classificação: Positiva

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE
AZEVEDO

DATA: 10.01.15

EDITORIA: GEORGE

Círculo de Verão


Com uma programação toda voltada para esportes, cultura, recreação infantil e saúde, o Circuito Verão Sesc terá início hoje nas cidades de Natal, Mossoró e Caicó e se estende até o dia 31 de janeiro. Nessa temporada 2015 a grande novidade é que todas as atividades serão no estilo "indoor" e acontecerão dentro das unidades das instituições, tudo para oferecer ainda mais conforto e segurança ao público.

Classificação: Positiva

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 11.01.15

EDITORIA: NATAL

 O Serviço Social do Comércio – SESC-AR/RN, através de sua Comissão Permanente de Licitação-CPL, torna pública a realização dos seguintes certames:

1) PREGÃO PRESENCIAL-AR/RN Nº 14/00094-PP, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE HORTIFRUTI, para fins de REGISTRO DE PREÇOS. Abertura dia 20/01/2015 às 09:30 horas na sede do SESC-AR/RN, localizada a Rua Coronel Bezerra, nº 33, Cidade Alta, Natal/RN.

2) PREGÃO PRESENCIAL-AR/RN Nº 14/00064-PP, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FOTÓTIPIAS, CÓPIAS E CORRELATOS PARA PROJETOS, para fins de REGISTRO DE PREÇOS. Abertura dia 21/01/2015 às 09:30 horas na sede do SESC-AR/RN, localizada a Rua Coronel Bezerra, nº 33, Cidade Alta, Natal/RN.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Eletronicamente, através do site <http://www.sescrn.com.br> e e-mail, cp@rn.sesc.com.br. INFORMAÇÕES: Pelo telefone (84) 3211-5577 – ramal 259, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

Natal, 9 de janeiro de 2015

Marilá Paiva de Souza
Presidente da CPL

Classificação: Positiva

VEÍCULO: BLOG DO SERIDÓ

DATA: 10.01.15

Circuito Verão 2015 começa neste fim de semana em Mossoró « Blog do Seridó

Começa neste final de semana mais um Circuito Verão Sesc. A abertura acontece no sábado (10/01), no Sesc Mossoró, às 11h, e a programação segue até o domingo (11/01). A novidade este ano é o formato indoor: as atividades acontecem dentro das unidades Sesc, para oferecer ainda mais conforto e segurança ao público. A programação, que é totalmente gratuita e realizada nos finais de semana de janeiro, inclui esportes, cultura, recreação infantil e saúde.

O Circuito Verão é realizado em Natal, Mossoró e Caicó pelo Sistema Fecomércio, por meio do Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Norte (Sesc RN). “Nas unidades, teremos condições de oferecer uma gama de atividades que as praias e outros locais externos não nos possibilitavam. Tenho certeza de que será mais um sucesso”, ressalta o presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz.

Os esportes são o grande destaque da programação: torneios competitivos de vôlei de areia e futebol de campo fazem parte da programação, além dos torneios recreativos de vôlei de areia, mini futebol de campo e queimada. Cinema, música e apresentações artísticas – como de mágica e de mamulengos – estarão entre as atrações na área de cultura. Já em saúde, serão feitas medições do índice glicêmico e orientações sobre câncer de pele de forma descontraída com o grupo Sesc Dramaturgia.

Na área da recreação, uma série de atividades será oferecida, como jogos de tabuleiro, recreação aquática, aulas de dança e um espaço kids com oficinas de balão, pintura em rosto, piscina de bolinha e confecção de brinquedos. O Sesc Seridó, em Caicó, será o segundo a realizar o Circuito Verão (dias 17 e 18/01) e, no Sesc Ponta Negra, em Natal, o evento acontece nos dias 24 e 25/01.

A programação do projeto será encerrada dia 31/01, na praia de Pirangi (Parnamirim), com a última apresentação de Alpendre, 4º show-concerto do projeto Parcerias Sinfônicas Sesc. “O Circuito Verão é um evento que a cada ano se consolida, oferecendo lazer, saúde, cultura e entretenimento aos comerciários e comunidade em geral. A cada edição, trabalhamos para aprimorar o evento”, frisa a diretora regional do Sesc, Jeane Amaral.

Classificação: Positiva

VEÍCULO: PORTAL MERCADO ABERTO **DATA: 10.01.15**

9/01/2015 14h56 - Atualizado em 09/01/2015 18h02

Circuito Verão Sesc começa neste fim de semana em Mossoró

Este ano, programação gratuita acontece nas unidades Sesc RN, para oferecer mais conforto ao público

Começa neste final de semana mais um Circuito Verão Sesc. A abertura acontece no sábado (10/01), no Sesc Mossoró, às 11h, e a programação segue até o domingo (11/01). A novidade este ano é o formato indoor: as atividades acontecem dentro das unidades Sesc, para oferecer ainda mais conforto e segurança ao público. A programação, que é totalmente gratuita e realizada nos finais de semana de janeiro, inclui esportes, cultura, recreação infantil e saúde.

O Circuito Verão é realizado em Natal, Mossoró e Caicó pelo Sistema Fecomércio, por meio do Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Norte (Sesc RN).
“Nas unidades, teremos condições de oferecer uma gama de atividades que as praias e outros locais externos não nos possibilitavam. Tenho certeza de que será mais um sucesso”, ressalta o presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz.

Os esportes são o grande destaque da programação: torneios competitivos de vôlei de areia e futebol de campo fazem parte da programação, além dos torneios recreativos de vôlei de areia, mini futebol de campo e queimada. Cinema, música e apresentações artísticas - como de mágica e de mamulengos - estarão entre as atrações na área de cultura. Já em saúde, serão feitas medições do índice glicêmico e orientações sobre câncer de pele de forma descontraída com o grupo Sesc Dramaturgia. Na área da recreação, uma série de atividades será oferecida, como jogos de tabuleiro, recreação aquática, aulas de dança e um espaço kids com oficinas de balão, pintura em rosto, piscina de bolinha e confecção de brinquedos. O Sesc Seridó, em Caicó, será o segundo a realizar o Circuito Verão (dias 17 e 18/01) e, no Sesc Ponta Negra, em Natal, o evento acontece nos dias 24 e 25/01.

A programação do projeto será encerrada dia 31/01, na praia de Pirangi (Parnamirim), com a última apresentação de Alpendre, 4º show-concerto do projeto Parcerias Sinfônicas Sesc. “O Circuito Verão é um evento que a cada ano se consolida, oferecendo lazer, saúde, cultura e entretenimento aos comerciários e comunidade em geral. A cada edição, trabalhamos para aprimorar o evento”, frisa a diretora regional do Sesc, Jeane Amaral.

Serviço: O quê? Circuito Verão 2015 começa neste final de semana Quando? Dias 10/01/15 (11h às 17h) e 11/01/15 (8h às 15h) Onde? Sesc Mossoró (Rua Dr. João Marcelino, S/N | Nova Betânia) DEMAIS POLOS: CAICÓ: Sesc Seridó | 17/01/15 (16h

às 20h | 18/01/15 (8h às 15h) NATAL: Sesc Ponta Negra | 24 e 25/01/15 (8h às 15h)
ENTRADA GRATUITA Programação completa: www.sescrn.com.br

Fonte: Sesc RN

Classificação: Positiva

VEÍCULO: BLOG SUÉBSTER NERI DATA: 09.01.15

Circuito Verão 2015 começa neste fim de semana por Mossoró – Blog Suébster Neri – Desde 2007



Começa neste final de semana mais um Circuito Verão Sesc. A abertura acontece no sábado (10/01), no Sesc Mossoró e a programação segue até o domingo (11/01). A novidade este ano é o formato indoor: as atividades acontecem dentro das unidades Sesc, para oferecer ainda mais conforto e segurança ao público. A programação, que é totalmente gratuita e realizada nos finais de semana de janeiro, inclui esportes, cultura, recreação infantil e saúde.

O Circuito Verão é realizado em Natal, Mossoró e Caicó pelo Sistema Fecomércio, por meio do Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Norte (Sesc RN). “Nas

unidades, teremos condições de oferecer uma gama de atividades que as praias e outros locais externos não nos possibilitavam. Tenho certeza de que será mais um sucesso”, ressalta o presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz.

Os esportes são o grande destaque da programação: torneios competitivos de vôlei de areia e futebol de campo fazem parte da programação, além dos torneios recreativos de vôlei de areia, mini futebol de campo e queimada. Cinema, música e apresentações artísticas – como de mágica e de mamulengos – estarão entre as atrações na área de cultura. Já em saúde, serão feitas medições do índice glicêmico e orientações sobre câncer de pele de forma descontraída com o grupo Sesc Dramaturgia.

Na área da recreação, uma série de atividades será oferecida, como jogos de tabuleiro, recreação aquática, aulas de dança e um espaço kids com oficinas de balão, pintura em rosto, piscina de bolinha e confecção de brinquedos. O Sesc Seridó, em Caicó, será o segundo a realizar o Circuito Verão no dias 17 e 18 de janeiro.

Classificação: Positiva

NOTÍCIAS DE INTERESSE:

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 11.01.15

EDITORIA: POLÍTICA

» ENTREVISTA » **CARLOS THOMPSON**

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

FOTOS: EMANUEL AMARAL

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte está impedido de conceder aumentos salariais para desembargadores, juizes e servidores, enquanto não ajustar as despesas da folha aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse é o significado da resposta que o presidente do Tribunal de Contas do Estado, Carlos Thompson, apresentou ao ser questionado sobre a decisão dos conselheiros do TCE sobre os gastos do Judiciário com pessoal. A decisão, afirma Carlos Thompson, não admite exceção para magistrados.

Diante de pergunta se a determinação inclui o reajuste previsto para fevereiro e vai beneficiar os juizes e desembargadores, em decorrência do aumento de ministros do Supremo Tribunal Federal, o presidente do TCE não deixa margem para dúvida: "A decisão do TCE não excepciona qualquer situação".

Neste entrevista, Carlos Thompson, que assumiu a presidência do TCE em dezembro, também destaca as metas para a gestão à frente do Tribunal de Contas, as medidas preventivas para o controle dos gastos do Estado e dos municípios e faz uma avaliação dos portais da transparência.

Quais as metas e diretrizes para este período no qual o senhor es-



'Decisão é para suspender qualquer aumento no TJ'

« **CONTAS PÚBLICAS** » Carlos Thompson afirma que não há exceção para restrições aos aumentos enquanto o Judiciário não estiver nos limites da Lei de Fiscal

tará na presidência do TCE?

Inicialmente temos alguns pilares que queremos trabalhar na nossa administração. O primeiro deles é com relação à atuação preventiva do Tribunal. O TCE pode agir quando o fato já se consumou e apurar a responsabilidade, identificar a necessidade de devolução e sancionar uma multa. Esse caminho que o Tribunal segue no controle a posteriori ou repressivo é necessário, mas em termos de resultado efetivo existem problemas. O Tribunal de Contas atua até determinado limite.

Qual é esse limite?

Quando a decisão do TCE transita em julgado, ela se transforma em título executivo extrajudicial, que é entregue ao ente público credor, seja o Estado ou município. A obrigação constitucional de cobrar o crédito é do ente público. Esse é o desafio. Há uma fase, interna, do Tribunal, que é a administrativa; e uma externa, que depende dos gestores, das procuradorias dos municípios, onde houver, e da Procuradoria-Geral do Estado. Então, queremos fortalecer essa cobrança judicial, exigindo dos gestores uma contrapartida, uma satisfação, não ao TCE, mas à sociedade.

E o TCE tem o poder de punir o gestor que cometeu o ato ilícito nas contas públicas?

Tem, com multa, com inabilitação para o exercício de cargos em comissão ou função de confiança. No caso de empresa pode ser considerada inabilitada para contratar com o poder público, assim como um servidor ou empresário. É importante ter em mente que, com o advento da Lei da Ficha Limpa, o Tribunal ganhou em importância. Para se ter uma ideia, o TSE mudou a jurisprudência, o prefeito, ordenador de despesa, pode ser responsabilizado pelo Tribunal de Contas. Com essa responsabilidade, essa condenação, em ato doloso, o prefeito pode ser considerado inelegível pela Justiça Eleitoral. Isso é um avanço em benefício da efetividade das decisões do Tribunal de Contas.

Então a decisão do TSE pode ser válida para considerar um prefeito e outros gestores como ficha suja?

Sim, exatamente. É algo novo, porque houve uma mudança na jurisprudência do Tribunal



Estamos em uma democracia e é extremamente salutar o que chamamos de controle social. Nenhum servidor público pode se insurgir contra o controle social."

Superior Eleitoral. Evamos cuidar de formar essa lista de gestores para as eleições municipais, levando em conta essa jurisprudência do TSE.

Com relação à execução das decisões do TCE, há alguma meta específica?

Nós queremos profissionalizar as execuções. Ano passado, foi encaminhado pelo Ministério de Contas para execução, o montante de R\$ 182 milhões provenientes de decisões do TCE: R\$ 16 milhões de multa e mais R\$ 166 milhões de condenação por ressarcimento ao erário. Queremos dar um feedback para a sociedade de quem foi, entre os gestores, que recebeu esses créditos. Queremos divulgar os municípios e gestores que ingressaram com as ações de execução e os que não ingressaram. A sociedade saberá quem zelou pela recuperação do patrimônio público. Isso é importante porque a sociedade pensa que quem tem o dever de executar é o próprio TCE. Mas

quem pode cobrar é o detentor do crédito.

O TCE não faz cobrança nem administrativamente?

Existe de transitar em julgado no TCE, o Tribunal cita o responsável para pagar em cinco dias. Se ele não paga, o TCE constitui o título de execução e encaminha.

Se não pagar, existe implicação?

Se não pagar, continua como devedor no TCE e gera execução lá na frente [para o ente público, Estado ou município, cobrar o título judicialmente].

O senhor é oriundo do Ministério Público, que tem uma cultura supostamente mais rigorosa. Além disso, ao contrário de alguns conselheiros, não teve uma trajetória política ou em cargos por indicações. Por isso, vai, na presidência do TCE, ter uma condução mais rigorosa? O parecer nas contas da governadora já teve essa influência?

Veja, hoje sou conselheiro. Antes, fui procurador concursado do Ministério Público de Contas, com muito orgulho. Mas hoje desempenho a função de conselheiro e no caso, agora, de presidente. Tenho uma formação técnica. Não há como separar minha formação de mim mesmo. Minha administração prestigiará o aspecto técnico, que é como entendo que deva ser o Tribunal de Contas, embora na composição das vagas [de conselheiros] intercalam-se as técnicas, de auditor e do Ministério Público, com as do universo da Assembleia Legislativa e de livre escolha do governador. Isso [o preenchimento das vagas no

TCE] é discutível, mas se trata de um modelo federal, determinado pela Constituição, todos os Tribunais de Contas seguem, no próprio TCU é assim. Existe uma composição híbrida. Eu defendo, e isso não é novidade, uma mudança no modelo atual para que se prestigie mais ainda o aspecto técnico das nomeações de ministro do TCU e conselheiros dos TCEs.

Mesmo na composição atual o senhor tentará conduzir de uma forma que se tenha um rigor mais na análise das contas?

Eu não diria rigor maior. Cada administrador tem o seu perfil, sua identidade. Eu vou ter a minha. A minha é a que sempre tive. Nem mais, nem menos. Não encaro nesta perspectiva que serei rigoroso, não. Serei Carlos Thompson.

Há perspectiva de abertura de vagas de conselheiros, existem alguns nomes em cogitação...

Que eu tenha conhecimento, por aposentadoria compulsória... Não tenho conhecimento. Mas algum conselheiro que tenha tempo para se aposentar, poderia pedir aposentadoria voluntária. Isso não é comum nessas carreiras de Estado de conselheiro, de desembargador. Geralmente o ocupante do cargo sai pela compulsória, quando completa 70 anos de idade. Não tenho conhecimento de alguma intenção neste sentido, às vezes se vê algo na imprensa, mas nada de concreto.

Houve casos de questionamentos até de nomeações. Aqui no Rio Grande do Norte existiu uma representação contra a posse de um conselheiro [o Marco questionou a nomeação do conselheiro Poti Cavalcanti], esse tipo de iniciativa é salutar?

Estamos em uma democracia e é extremamente salutar o que chamamos de controle social. Nenhum servidor público pode se insurgir contra o controle social. A sociedade tem legitimidade para questionar qualquer ato que venha o poder público, com o Tribunal de Contas não é diferente. Encaro isso com normalidade institucional. Nenhuma instituição está imune ao controle social.

O TCE ficou satisfeito com as definições para o orçamento de 2015?

Nossa proposta orçamentária encaminhada ao Executivo não foi atendida na integralidade. O que ficou consolidado para o Tribunal foi R\$ 78 milhões. Nessa conjuntura que estamos vivendo no Rio Grande do Norte, o TCE tem o menor orçamento dos Tribunais de Contas do Brasil. Se formos comparar, e vocês da TRIBUNA DO NORTE fizeram isso em relação aos TJs, o TCE da Paraíba é de R\$ 115 milhões, o Ceará é de R\$ 147 milhões e lá ainda tem o Tribunal de Contas do Município. Então, dentro desta perspectiva, não tenho dúvida de dizer que nosso TCE é bastante enxuto, não há exasperação de despesa pública que provoque excesso financeiro para o Estado.

Como estão os gastos do TCE com salários?

Nosso limite [pela Lei de Responsabilidade Fiscal] é de 0,62% e estamos com 0,53%. Então, temos uma política, que continuará na nossa gestão, de cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Como órgão de controle, o Tribunal de Contas, deve dar o exemplo, notadamente na Lei de Responsabilidade Fiscal.

No aspecto preventivo, quais os mecanismos de fiscalização serão criados ou ampliados?

Há dois caminhos a serem seguidos. O TCE tem uma capilaridade muito grande com a Escola de Contas, porque faz cursos para todos os gestores e cada vez mais atua nessa perspectiva. Outro lado é perceptível, mediante a atuação que evita o dano e consumar. O resultado é imediato.

Há exemplos deste tipo de atuação?

Vou dar um exemplo recente. Na Copa do Mundo, o governo do Estado contratou uma empresa para fazer as instalações temporárias ao redor da Arena das Dunas, o contrato foi feito e o serviço executado. O Tribunal foi realizar auditoria, provocado pelo Ministério Público de Contas, e detectou um possível superfaturamento na casa de R\$ 6 milhões. Então deferiu uma cautelar para suspender o possível pagamento. O processo ainda está em curso, mas aquele dinheiro que poderia ser destinado às empresas foi suspenso para constatar se houve ou não superfaturamento. Essa atuação

»» ENTREVISTA »» **CARLOS THOMPSON**

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

EMANUEL AMARAL



'TCE vai cobrar transparência'

« FISCALIZAÇÃO » **Conselheiro afirma que TCE vai exigir portais com funcionamento efetivo**

ção preventiva pode dar uma resposta mais rápida à sociedade e evitar o desperdício. Têm outros casos e podemos citar a situação da Urbana. Ao examinar o edital, o TCE identificou um sobrepreço de R\$ 29 milhões. Houve julgamento de mérito nesse processo e mandado extirpar esses excessos. Então a Prefeitura economizou os recursos. Esse tipo de atuação vem crescendo e vamos prestigiar-la sempre na nossa gestão.

Existe sempre uma controvérsia no que diz respeito à Lei Fiscal, principalmente no Judiciário, no cálculo dos limites das despesas com pessoal, se inclui ou não gratificação. O TCE já definiu a orientação à determinação ao Tribunal de Justiça?

Essa questão com o Judiciário iniciou com as contas anuais de 2011, quando o corpo técnico do TCE, juntamente com o relator, Paulo Roberto, identificou que havia um valor significativo de despesa com pessoal do Tribunal de Justiça que não estava sendo computado para fins de despesa com pessoal. E, no ano passado, o Ministério Público de Contas representou ao TCE contra essa situação. Agora, no dia 18 de dezembro, deferiu uma medida cau-

telar, na qual definiu um prazo de 60 dias para que o Tribunal de Justiça apresentasse um plano de contenção dessas despesas para o enquadramento do Poder Judiciário nos limites da LRF. Ao lado disso, o TCE suspendeu a vigência de uma resolução do TJRN que autorizava a recuperação dessa situação em 15 anos, e também, na mesma cautelar, determinou a suspensão de qualquer aumento efetivo de despesa com pessoal até o julgamento do mérito desse processo.

Então quer dizer que, na prática, hoje, não pode haver reajuste salarial nem para servidores, nem magistrados?

A decisão do TCE é no sentido de suspender qualquer aumento efetivo.

Inclusive o aumento previsto para os magistrados após o reajuste concedido aos ministros do STF?

A decisão do TCE não excepciona qualquer situação.

Então o prazo para se adequar à LRF é de 60 dias?

OTJRN tem o prazo de 60 dias para evidenciar como vai se enquadrar à LRF justamente porque não vinha computando despesas

provenientes de decisões judiciais. Esse valor, segundo dados levantados, já passa dos R\$ 130 milhões. São 60 dias para apresentar o cronograma de execução, mas não há prazo para efetivação.

Caso o TJRN persista ficar acima do limite imposto pela LRF, o que deve acontecer?

Na decisão, o TCE, sentenciou que, se no prazo de 60 dias, o plano não for apresentado, o TJRN terá que fazer a readequação de forma imediata. Se ocorrer a continuidade, o relator [conselheiro Gilberto Jales] deve trazer o voto ao Plenário indicando se está adequado ou não.

Como está o processo com relação à Ponte Newton Navarro?

O processo estava com o conselheiro Renato Dias. Recentemente, ele firmou suspeição e o processo foi redistribuído para mim. Como não tive condições de levá-lo a julgamento em função do pouco tempo, o processo está agora com o conselheiro Paulo Roberto que já alegou suspeição anteriormente. Então o processo deve ser distribuído para outro conselheiro em breve.

Sobre o processo referente ao prédio do MPRN, em que fase está?

O processo foi encaminhado aos técnicos da área de engenharia para identificar eventuais responsáveis.

De uma forma geral, qual sua avaliação sobre as informações disponíveis nos portais de transparência de órgãos do Estado, prefeituras e demais instituições?

O portal da transparência privilegia o controle social. É muito importante que o cidadão tenha consciência de fiscalizar os atos do poder público e um dos mecanismos é o portal da transparência. O TCE vai reforçar a cobrança da existência desse mecanismo nas prefeituras, do poder público e do próprio TCE. O portal é importante não apenas com relação à quantidade de informações, mas com a qualidade. Às vezes, o orçamento é disponibilizado, mas está codificado, difícil de entender.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 11.01.15

EDITORIA: POLÍTICA

Servidores do TJ avaliam medidas como 'catastróficas'

« JUDICIÁRIO » Insatisfeitos com plano do presidente do Tribunal para cortar gastos, sindicalistas afirmam que ajustes não atingem magistrados

RICARDO ARAÚJO
Repórter

Um dia após o anúncio de cortes de despesas e cargos comissionados pelo recém-empossado presidente do Tribunal de Justiça (TJRN), desembargador Cláudio Santos, servidores do judiciário potiguar se reuniram ontem, no Tribunal do Júri do Fórum Miguel Seabra Fagundes, em Natal, para discutir as medidas anunciadas pelo chefe do TJRN. Definidas como "catastróficas" pelo presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte (Sisjern), Bernardino de Sena Fonseca, as decisões do desembargador Cláudio Santos atingiram diretores de secretarias judiciárias e oficiais de Justiça, mais diretamente, pois eles perderão valores adicionais ao salário-base. Uma greve, mesmo não constando na pauta da assembleia de ontem, não está descartada. O indicativo poderá ser publicado na próxima assembleia geral da categoria.

"Foram medidas catastróficas para o Poder Judiciário", asseverou Bernardino de Sena Fonseca na abertura da Assembleia Especial convocada de forma extraordinária pelo Sisjern. Com mais de 500 servidores lotando o Tribunal do Júri, a maioria diretores de secretaria exonerados e oficiais de Justiça, foram discutidos pontos polêmicos das medidas de reformulação do Judiciário local, que precisa adequar seus gastos com pessoal aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A exoneração de todos os diretores das secretarias judiciárias foi um dos quesitos mais discutidos na manhã de ontem. "Ele (Cláudio Santos) atirou contra o Judiciário. As Secretarias das Varas ficarão sem diretores a partir de segunda-feira. A população vai ser prejudicada. Não



ADRIANO ABREU

Servidores do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte consideram possibilidade de greve

As Secretarias das Varas ficarão sem diretores a partir de segunda-feira. A população vai ser prejudicada. "

BERNARDINO DE SENA
Presidente do Sisjern

vai ter organização. O Judiciário vai virar uma Torre de Babel", frisou o presidente do Sisjern.

Indignados com as medidas anunciadas pelo desembargador Cláudio Santos, os servidores que compareceram à Assembleia Especial decidiram não mais protocolar pedidos de audiência com a Presidência do TJRN. A Assessoria Jurídica do Sisjern confirmou que algumas iniciativas judiciais estão em

curso, mas não poderiam ser detalhadas para não atrapalhar o andamento processual. A maioria dos servidores do TJRN reclamavam que, ao invés das benesses dos magistrados serem reduzidas para que houvesse um equilíbrio entre os vencimentos, não ocorreu nenhuma redução de valor nos recebimentos de juizes e desembargadores. Um pedido de aumento, aliás, deverá ser protocolado junto à Assembleia Legislativa para apreciação dos deputados.

De acordo com o diretor jurídico do Sisjern, Gustavo Elmano Ferreira Xavier, as decisões da Presidência do TJRN além de resultarem em perdas para os servidores, refletirão no andamento processual e, posteriormente, na atividade adjudicante de aproximadamente 200 juizes estaduais.

A exoneração dos diretores de Secretarias desestrutura a

organização do trabalho de protocolo, distribuição, andamento, realização de audiências, julgamento e decisões. Ao que tudo indica, Cláudio Santos delegará poderes aos juizes titulares das Varas que compõem o Judiciário potiguar para que eles nomeiem os responsáveis pelas Secretarias. Os designados deverão receber uma gratificação de R\$ 800,00. Este valor, caso oficializado, é 7,34 vezes menor do que a monta paga como gratificação de função atualmente.

Outro corte anunciado por Cláudio Santos atinge os oficiais de Justiça. Eles terão a dedução da Gratificação por Atividade Externa (GAE) e Gratificação de Transporte (GT). "O Sindicato entende que o presidente do Tribunal de Justiça deu o recado e fechou as portas para negociação. O Sindicato não foi procurado para discutir as medidas", lamentou Gustavo Xavier.

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 11.01.15

EDITORIA: PRINCIPAL

DEZ DIAS DO NOVO GOVERNO

/ BALANÇO / GOVERNADOR AINDA NÃO SABE TAMANHO DAS DÍVIDAS, MAS JÁ COMEÇOU A NEGOCIAR COM FORNECEDORES E TERCEIRIZADOS; AMANHÃ, DEVE IR A BRASÍLIA PARA UMA REUNIÃO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE

CLÁUDIO OLIVEIRA
@OLIVEIRA_C

Os dez primeiros dias de gestão ainda não foram suficientes para o governador Robinson Faria identificar o tamanho das dívidas do estado, nem de onde vai conseguir dinheiro para pagar a conta. Contudo, está conseguindo estabelecer o diálogo com fornecedores e atuando fortemente em duas áreas prioritárias: saúde e segurança. Nos primeiros dias ele deve continuar seguindo a política de negociações, mas amanhã está prevista uma reunião com o Ministro da Saúde em Brasília.

Sobre suas intenções a respeito deste período inicial de governo, Robinson avalia que está exercitando uma gestão diferente das outras, a começar pelo cumprimento das críticas para realizar um repagamento de serviços. "A população do Rio Grande do Norte já sabia que existe uma nova administração em atos e na prestação dos serviços públicos. O compromisso cumprido de indicar uma equipe técnica eficiente responde imediatamente à população", disse.

O governador iniciou primeiros dias de trabalho com reunião a Troje da Polícia Militar, posse e reunião com seu secretário-geral na dia 2 de janeiro. A escolha dos primeiros colaboradores a dois critérios: ter conhecimento técnico sobre a pasta e ser assessorado e não ter envolvimento em processos administrativos que o com-

prometiam dentro das críticas da Lei da Ficha Limpa.

"A determinação aos secretários total transparência dos atos e a maior absoluta observância aos princípios legais. Um governo de diálogo e parceria com a sociedade para melhorar os índices econômicos e sociais do Rio Grande do Norte", declarou.

Um dos diálogos que atingiu efeito imediato foi com as empresas terceirizadas que prestam serviços para a Secretaria Estadual de Saúde (Seas). No dia 15 de dezembro, os servidores destas empresas decretaram greve e passaram a operar com apenas 30% do efetivo.

No primeiro dia após a posse, Robinson reuniu-se com representantes das empresas e dos servidores, juntamente com os secretários de Saúde e de Planejamento, e acordou que durante a semana pagaria parte da dívida de quatro meses devida pelo governo estadual, além de um pagamento do governo federal. O acordo inclui que os servidores retornassem ao trabalho.

A dívida com as duas principais empresas se aproxima dos R\$ 19 milhões. Outros, a Secretaria de Saúde recebeu a constatação de que parte do dinheiro já depositado estava procedido e deve cair na conta das empresas amanhã. Foram denunciados, neste primeiro momento, R\$ 1,8 milhão para a empresa JMT, que atua na Divisão de Nutrição e R\$ 1,1 milhão para a Safo, que opera nas funções de higienização e



Governador Robinson Faria se reúne com representantes dos agricultores do região do Seridó para discutir problemas com a seca da Sertão de Oiticaba.

transporte de macas (traqueotom).

Além disso, Robinson conseguiu a voltar os hospitais regionais, começando por Mossoró, programando vistoria em todas as outras unidades da rede estadual. "Mas não é apenas visitar, é visitar e oferecer respostas, isso já aconteceu com o consórcio de equipamentos no Hospital Tarcísio Maia em Mossoró e renovação de serviços", ressaltou.

Na agenda de compromissos dos primeiros dias de governo, Robinson prestigiou a posse do novo presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, Cláudio Soares, e participou da

posseção de Santos Reis na cidade de São José do Bonfim, distrito municipal.

MOSSORÓ

Cinco dias depois de subir à carga da Governadoria, no Centro Administrativo do Estado, Robinson Faria chegou a Mossoró, onde pretende manter sua identidade por meio de prefeito Francisco Sílvestre Júnior. O próprio Sílvestre disse, no dia da posse do governador, que já tinha projetos a serem executados a partir desta parceria, inclusive com vistas a fortalecer projetos públicos para 2015.

No capital do Oeste, o governador visitou o Hospital Regi-

onal Tarcísio Maia, como parte do planejamento de redefinir o perfil dos hospitais regionais para fazer o reaparelhamento dentro da malha de cada região. Robinson ainda visitou as instalações da empresa ArC, que faz serviço de Call Center em Mossoró, onde declarou que pretende atrair outras empresas do mesmo porte a partir de incentivos que esteja conceder.

Em Mossoró, ele ressaltou que vai convocar a Assembleia Legislativa em caráter extraordinário para analisar a regulamentação da forma como serão aplicados os recursos do empréstimo de R\$ 50 milhões junto ao Banco do

Brasil. Ele também disse que será criada uma reforma administrativa para apreciação dos parlamentares, mas não disse quando fará essa convocação, prevista para este mês.

Ainda em Mossoró, ele reuniu-se com o prefeito Francisco Júnior em sua Base Integrada Cidadã (BIC) da Polícia Militar. A cidade já tinha outras três bases e a que foi reinaugurada estava fechada. Todas BICs são parcerias entre o Governo do Estado, que custeia as despesas operacionais com policiais militares de 140, e a Prefeitura de Mossoró e são responsáveis por 30% das ações policiais na cidade.

RESPOSTA NA SAÚDE E SEGURANÇA

As duas áreas com maior repercussão dos primeiros dias de gestão foram a Saúde e a Segurança. Nesta última, Robinson tinha prometido dar uma resposta imediata à sociedade, a fim de transmitir sensação de segurança à população.

"Entendendo ser o maior anseio do cidadão, mantivemos uma operação permanente de polícia de proximidade, que é apenas a primeira ação de uma série de medidas para redução dos índices de criminalidade", explicou o governador. O plano emergencial anunciado conta com a implantação de um efetivo permanente para a segurança pública do estado e a cominação de policiais militares cíveis e outros repatriados. A meta do Estado é colocar 300 policiais nas ruas para atuação imediata.

Além disso, o plano prevê a aquisição de 50 viaturas ainda neste mês e a criação da Divisão de Homicídios nas próximas semanas. "Para isso, já estamos elaborando projetos e vendo contrapartidas, como por exemplo com a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Senasp); até mesmo desse mês já deveremos ter um incremento de mais 50 viaturas", adiantou a titular da pasta da Segurança, Kalina Leite.



Ricardo Lagrca, secretário estadual de Saúde

Já na Saúde, além da negociação com Intersus e planos de monitorar a rede, Robinson quer mais recursos para a área e está com uma reunião programada para amanhã com o ministro da Saúde Arthur Chiorin. Na pasta, o subfinanciamento do SUS por parte do governo federal.

Esta negociação foi um dos desafios citados pelo ex-secretário de Saúde Luiz Roberto Fonseca para o novo governo. A Senasp diz que o governo federal contribui com apenas 4,6% dos

recursos para a saúde, quando deveria destinar 10% do orçamento. Esse é o percentual mínimo que o Governo do Estado deseja, enquanto que as municípios ultrapassam os 20%.

O secretário Ricardo Lagrca, que deve acompanhar o governador, diz que as ações na pasta ainda estão sendo planejadas, a partir do que está sendo apurado sobre a situação deixada pela gestão anterior. "Em curto prazo, trabalhar no aprimoramento das ações que já existem e em médio prazo, avaliar as prioridades para a saúde, quando



Kalina Leite, secretária estadual de Segurança

deveria destinar 10% do orçamento. Esse é o percentual mínimo que o Governo do Estado deseja, enquanto que as municípios ultrapassam os 20%.

O secretário Ricardo Lagrca, que deve acompanhar o governador, diz que as ações na pasta ainda estão sendo planejadas, a partir do que está sendo apurado sobre a situação deixada pela gestão anterior. "Em curto prazo, trabalhar no aprimoramento das ações que já existem e em médio prazo, avaliar as prioridades para a saúde, quando

deveria destinar 10% do orçamento. Esse é o percentual mínimo que o Governo do Estado deseja, enquanto que as municípios ultrapassam os 20%.

deveria destinar 10% do orçamento. Esse é o percentual mínimo que o Governo do Estado deseja, enquanto que as municípios ultrapassam os 20%.

BUSCA DE SOLUÇÃO PARA OITICICA

Robinson Faria também buscou dar prioridade ao atendimento para agilizar o encerramento da Barragem de Oiticica. Ele reuniu-se nesta primeira semana com os agricultores da região, a quem pediu que colaborassem e liberassem os serviços de barragem, enquanto ele levava as reivindicações dos mesmos, que esperam a resolução dos processos de desapropriação, ao Tribunal de Justiça do estado.

"Essa é uma demanda proveniente de outra gestão e vamos lutar para resolver da maneira mais rápida. Peço que permitam a continuidade na obra, pois é de extrema importância para melhorar a estrutura hídrica do Estado que se encontra em situação difícil", declarou aos agricultores.

Ele já se reuniu com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cláudio Santos e o juiz responsável pelos processos de indenização, Clelia Colliu.

Desde os entendimentos, foi proposta a criação de um grande edital para reunir todos os pré-processos que, por sua vez, garantam especificidades e têm de ser analisados caso a caso.

justiças sérias e com as autoridades de turismo a medição do ICMS da quarentena de aração, tanto para voos comerciais quanto para voos charter, mas que os custos sejam compartilhados, isto é, mais voos para nosso Estado", anunciou o secretário.

A redução do quarentena de aviação e a continuidade das obras estruturantes também integram a linha de ações, além da divulgação e promoção do Rio Grande do Norte nos principais mercados turísticos, principalmente São Paulo.

"Negociamos com as con-

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 11.01.15

EDITORIA: ÚLTIMAS

TJ CORTA DIRETORES

/ CORTES / PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE DISPENSA TODOS OS DIRETORES DE SECRETARIA, PRINCIPAL CARGO ADMINISTRATIVO DO PODER JUDICIÁRIO

PAULO NASCIMENTO
DO NOVO JORNAL

A PARTIR DA próxima semana todas as unidades jurisdicionais da Justiça Estadual não terão mais a figura do diretor de secretaria. Através da portaria 37/2015, publicada no Diário da Justiça Eletrônico (DJe), o desembargador-presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJ-RN) Cláudio Santos dispensou todos os servidores que ocupavam as diretorias de secretaria.

Atualmente, o ocupante da diretoria de secretaria recebe R\$ 5.878,38 como subsídio pelo cargo. Dentre todas as remunerações de pessoal do Poder Judiciário Estadual, segundo a portaria publicada no DJe, a que 'apresenta valor uniforme e mais elevado' é a gratificação recebida pelos diretores de secretaria.

O valor ainda é turbinado, em alguns casos, pela Gratificação de Técnico de Nível Superior (GTNS), que acresce em 100% os vencimentos dos servidores efetivos. A GTNS de acordo com o desembargador-presidente, será congelada.

De acordo com a portaria 37/2015, o magistrado responsável pelo comando da Unidade Jurisdicional será o responsável pela indicação, ao Gabinete da Presidência, do nome de um técnico judiciário ou auxiliar técnico para



Dispenza faz parte de pacote de medidas para corte de custos no TJ, anunciado pelo presidente Cláudio Santos

exercer temporariamente as atribuições do diretor de secretaria.

A medida faz parte do pacote de corte dos custos do Tribunal de Justiça com a folha de pessoal, que foi anunciado pelo presidente do órgão esta semana.

Segundo destaca o próprio documento que dispensou os diretores de secretaria, o ato faz parte do reequilíbrio do Poder Judiciário potiguar na despesa com a folha salarial, decidida pelo Tribunal de Contas do Estado do RN (TCE-RN) a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A dispensa dos diretores de secretaria prosseguirá até que a gratificação seja readequada, a partir

de projeto de lei que o TJ-RN enviará para a Assembleia Legislativa apreciar. Até lá, os técnicos judiciários ou auxiliares técnicos que exercem temporariamente as funções poderão receber uma gratificação de Representação de Gabinete. O pagamento ficará a critério da presidência do Tribunal, a partir de estudo prévio do impacto financeiro.

De acordo com a juíza Hadja Rayanne, presidente da Associação dos Magistrados do RN (Amarn), as medidas do novo presidente do TJ-RN serão discutidas pela classe. "Os diretores são o coração da secretaria judiciária, uma peça extremamente

importante para o funcionamento do Judiciário. Mas eu só quero emitir pronunciamento sobre a situação após a categoria reunir-se, na segunda-feira (12)", disse a magistrada.

A assembleia dos magistrados está marcada para amanhã à tarde, na sede da Amarn. Os diretores de secretaria são responsáveis, dentre outras coisas, em administrar e organizar as varas e juizados especiais; assessorar o juiz, marcando e preparando a pauta das audiências; acompanhar a execução dos despachos e sentenças do juiz e expedir ofícios.

Para o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado

do RN (Sisjern), a dispensa dos diretores é um golpe sério no trabalho das unidades jurisdicionais.

"A dispensa é uma medida catastrófica. Não contribui para o serviço da Justiça. O presidente pode fazer isso, porque nomeia todos, mas não deveria o efeito", ressalta Bernardino Fonseca, presidente do Sisjern.

Ainda de acordo com o diretor sindical, o trabalho no Judiciário já nesta próxima segunda-feira deverá começar a ser prejudicado. "Os servidores vão chegar para trabalhar sem ninguém para coordenar. Quem vai fazer todos os direcionamentos, como é que vai ser? Se não corrigir essa situação imediatamente será um caos. O juiz comanda a unidade, mas se for passar para organizar a parte administrativa ele não julga", resumiu o presidente.

Os servidores do TJ-RN realizaram na manhã de ontem (10) uma assembleia no fórum Desembargador Seabra Fagundes para discutir os cortes anunciados pelo presidente Cláudio Santos, com a possibilidade de paralisação ou greve. "Não queremos prejudicar a população com nossas medidas. Provavelmente também iremos propor medidas judiciais contra os cortes", disse Bernardino. Até o fechamento dessa edição a assembleia não tinha sido concluída.

VEÍCULO: JORNAL DE HOJE

DATA: 10.01.15

EDITORIA: POLÍTICA

“Presidente deu um tiro no Judiciário e população sentirá as consequências”

LÍDER DO SINDICATO DE SERVIDORES DO TJ CRITICA MEDIDAS DE CLÁUDIO SANTOS E PREVÊ DESORGANIZAÇÃO NA JUSTIÇA

De Moraes
Brazão de Fátima

O alto poderio até ser os servidores do RN, mas o pacote de medidas acaba atingindo mesmo foi a Justiça potiguar - e, consequentemente, a população. Pelo menos, na visão do presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do RN (Sisjorn), Bernardo Fonseca, que na manhã deste sábado compareceu a assembleia da categoria para discutir o anúncio de corte em gratificações e cargos amovíveis pelo novo presidente do Tribunal de Justiça, o desembargador Cláudio Santos. “O presidente deu um tiro nos servidores não. Ele deu um tiro no Judiciário”, analisa Bernardo Fonseca, ao final de sua fala na assembleia, sendo aplaudido por uma multidão de servidores que lotaram o Tribunal de Jari, no Pórtico Miguel Scabra Fagundes, para discutir o tema.



Bernardo Fonseca (ao lado) conduziu a assembleia da categoria na manhã deste sábado, de crítica às medidas do TJ

A seleção em massa da categoria não foi por acaso. As medidas de austeridade anunciadas por Cláudio Santos incluem, diretamente, ao bolso dos servidores de Jari. Além, só no bolso deles, segundo informa Roberto Fonseca, uma vez que não corta vencimentos, nem benefícios de juízo e desembargadores do Tribunal de Justiça. Além disso, ainda mantém a previsão de reajuste nacional de mais de 10% para os magistrados do Estado, beneficiado pelo escalonamento no aumento do salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

“Cláudio Santos se abilita des-sobrelanças para fazer uma política de fôrça e se colocar no quarto Robô Hood às avessas que tira do que ganha mesmo para dar a quem ganha mais. A única

que ele usa é esta. Cláudio Santos, utiliza essa cortina de fôrça para esconder o objetivo principal dele que é, depois, favorecer os que já ganham bem mais”, analisa o presidente do Sisjorn.

Isso porque, segundo levantamento de salários e os salários dos magistrados (como o salário gatilho mensal) e ainda a previsão de aumento, o presidente Cláudio Santos anunciou, nesta sexta-feira, um corte de 10% em corte em gratificações recebidas pelos servidores efetivos, além de cancelar 100 cargos comissionados do Tribunal de Justiça. As medidas visam aliviar despesas do Tribunal de Justiça do Estado (TJCE) e do Conselho Nacional de

“Cláudio Santos fez uma cortina de fôrça e se colocar enquanto Roberto Hood às avessas: tira do que ganha menos para dar a quem ganha mais no TJ”

Justiça (CNJ), que consistiram, respectivamente, que o Poder Judiciário do RN está acima do limite legal da Lei de Responsabi-



lidade Fiscal (LRF) e com cerca de 240 vagas de forma irregular nos últimos anos.

Além disso, em entrevista coletiva concedida no dia do anúncio das medidas nesta sexta-feira, Cláudio Santos deu diversas declarações que atropelaram, sobretudo, os servidores. “Não temos quase 2 mil servidores efetivos, mais mil e tantos servidores civis, magistrados, ementas...”, criticou o novo presidente, ressaltando que o TJRN tem a maior média salarial dos tribunais de justiça do Brasil e que a Lei de Responsabilidade Fiscal permite, inclusive, que haja demissão de efetivos (além de exonerar todos os comissionados), para que um órgão atin-

da as economias que podemos fazer”, afirmou Cláudio Santos, deixando no ar a possibilidade de demissão e causando ainda mais nervos entre os servidores.

“As declarações de Cláudio Santos são muito ruins para o Poder Judiciário. Enfiar a faca porque ela ainda ultrajantemente aqueles servidores, aqueles trabalhadores, que estão no dia-a-dia fazendo a engrenagem do judiciário funcionar. Toda a população, as mídias, a imprensa, sabe muito bem que servidor comanda, que não é qualificado por ninguém, não tem privilégio. Tudo que conseguimos é com luta, diálogo, negociação e greve. O servidor do quadro efetivo não tem privilégio e é esse que carrega o Judiciário nas costas. Então, esse foi um tiro grande que ele deu contra o Judiciário, até porque não dá chance para os servidores se programarem e cortar algo do orçamento. Foi uma suicida”, acrescentou o presidente do Sisjorn.

Consequentemente, segundo Roberto Fonseca, deverá haver já a partir do segundo-feira uma grande desorganização no sistema judiciário potiguar. Além, entre as gratificações cortadas, está a de direção de secretaria, de aproximadamente, R\$ 5,5 mil. “Se diminuir, ninguém quer. Imagine falar com 10, 20, 30 pessoas, com acumulo de serviços, sendo que não tem nada ‘tira pra’ e ainda ter a gratificação integral. Ninguém vai querer e vai ficar muito complicado a partir de segunda-feira, quando não houver essas figuras nas secretarias. Segunda-feira a Justiça não vai funcionar, porque não tem como funcionar. Vá a reunião de organização sem essa direção. Nem um juiz vai conseguir trabalhar”, prevê Fonseca.

VEÍCULO: JORNAL DE HOJE

DATA: 10.01.15

EDITORIA: POLÍTICA

Medidas de austeridade de novo presidente podem motivar greve dos servidores da Justiça

Para o presidente do Sindicato dos Servidores do Judiciário, Roberto Fonseca, a população poderá já começar a sentir os problemas das medidas de Cláudio Santos na segunda-feira, quando muitos não entregarem a direção das secretarias, insatisfeitos com os cortes nas gratificações. Contudo, a situação poderá piorar ainda mais, uma vez que o Sogest não descartou uma paralisação geral dos servidores.

"Hoje a direção do Sindicato está tratando o problema para a categoria e ela pode deliberar uma greve, seguindo o rito legal de uma paralisação", afirmou Roberto Fonseca, acrescentando, neste primeiro momento, não deverá haver o debate sobre a greve, mas novas assembleias estão marcadas e, estas sim, poderão levar a suspensão dos trabalhos.

MEDIDAS

Depois de assumir a Presidência do Tribunal de Justiça, o recha-

mando dos altos gastos do Judiciário com o funcionalismo, Cláudio Santos reuniu a imprensa nesta sexta-feira para detalhar quais medidas serão tomadas com o objetivo de reduzir as despesas: congelamento e ablação da Gratificação de Técnico de Nível Superior (GTNS); suspensão da concessão e do pagamento das gratificações de Docentes de Secundária; extinção do Adicional por Tempo de Serviço (ATS); gratificação dos servidores cobidos será substituída; extinção de gratificações dos Órgãos de Justiça e extinção de todas as Gratificações de Gabinete.

Além dessas, que atingem diretamente os servidores, o novo presidente do TJ prometeu: extinção de 100 cargos comissionados; redução nos contratos de terceirização vigentes; as empresas contratadas serão chamadas a negociar os contratos, com a finalidade de redução de 25% dos valores atuais. Segundo o Judi-

ciário, o valor mensal atual dos contratos de terceirização e locação de veículos é de R\$ 2.149.401,26 e a redução pretendida é de R\$ 536.625,35. Mensalmente, o Tribunal pretende reduzir R\$ 1.612.775,91.

Tudo isso, segundo o próprio Cláudio Santos, ainda é pouco para o que o Judiciário precisa economizar para atender a Lei de Responsabilidade Fiscal. "São muitas medidas, mas acredito que vá reduzir muito pouco. Não temos ainda a repercussão financeira total, mas 'muito pouco' porque eu tenho que atender aos princípios constitucionais, inclusive, a imutabilidade de vencimentos, então, não posso lutar a renúncia do integral. O que posso é lutar a gratificação, eliminar cargos comissionados, tirar atrelados. Isso a gente pode fazer, uma parte através de lei, com a Assembleia aprovando, mas, assim parte, nos estamos mobilizando", finalizou.



Cláudio Santos analisa ações de corte de gastos. São muitas medidas, mas acredita que vá reduzir muito pouco as despesas.

VEÍCULO: JORNAL DE HOJE

DATA: 10.01.15

EDITORIA: POLÍTICA

> AUDITORIA ANTES

Robinson Faria deve rever pagamento do Estado a OAS pela Arena das Dunas

O corte de despesas não será exclusividade do Governo Federal em 2015. Segundo reportagem do jornal Estado de São Paulo, 11 estados brasileiros vão cortar gastos e secretarias para ajustar contas em 2015. Dentre eles, o Rio Grande do Norte, do governador Robinson Faria, que já anunciou que vai suspender pagamento até que todos os débitos passem por auditorias. Inclusive, os atrasados da OAS pela Arena das Dunas.

"No Rio Grande do Norte, Robinson Faria afirmou que vai analisar todos os contratos assinados pela antecessora, Rosalba Ciarlini (DEM). Ele não especificou metas, mas procurou acalmar os fornecedores. 'Não daremos calote'. A revisão de pagamentos vai atingir até a parcela mensal de R\$ 10 milhões à construtora OAS pela Arena das Dunas, usada na Copa de 2014", apontou o Estadão.

Além do RN, o jornal citou o Amazonas, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Minas Ge-

rais. No caso do Rio Grande do Norte, Robinson Faria já havia antecipado que pretendia suspender os pagamentos até que os contratos passassem por auditoria.

No caso da Arena das Dunas, a dificuldade está no pagamento das parcelas mensais de pouco mais de R\$ 10 milhões, que a gestão Rosalba Ciarlini atrasou no final do ano passado, pela dificuldade de caixa. Na época, o Estado não possuía previsão orçamentária para pagar as contraprestações devidas a Arena das Dunas até o final deste ano, que somam R\$ 43,8 milhões. Das quatro parcelas restantes - referente a setembro, outubro, novembro e dezembro - o secretário de Planejamento e Finanças do Estado, Obery Rodrigues, afirma ter "disponibilidade orçamentária e financeira suficiente apenas para o pagamento de uma parcela" de R\$ 10,9 milhões (setembro), conforme Termo de Apostilamento publicado no Diário Oficial em outubro.



Robinson Faria já previa a suspensão de pagamentos de fornecedores e contratos

VEÍCULO: JORNAL DE HOJE
> 60 DIAS

DATA: 10.01.15

EDITORIA: POLÍTICA

TCE publica decisão que dá prazo ao TJRN para adequar gastos com pessoal



Gilberto Jales foi relator da cautelar movida pelo MPC contra os gastos do TJ

O Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) publicou no Diário Eletrônico a decisão do Pleno que estabelece o prazo de 60 dias para o Tribunal de Justiça apresentar um plano para incorporação das despesas com pessoal decorrentes de decisão judicial - nos pagamentos de caráter continuado há mais de 12 meses - no cômputo de gastos totais com pessoal. A decisão já havia sido antecipada ao Jornal de Hoje pelo procurador-geral de Contas, Luciano Ramos.

A decisão unânime dos conselheiros, com suspensão de Renato Dias, acompanha integralmente o voto do relator Gilberto Jales, apreciado durante sessão realizada no dia 18 de dezembro, e acolhe em parte os pedidos cautelares dispostos na representação do Ministério Público junto ao TCE. O prazo determinado pelo Pleno começa a contar a partir da intimação do gestor do TJRN.

Na hipótese de não apresentação do referido plano, o TCE determina ao Tribunal de Justiça a incorporação das despesas de pessoal que integram o período da apuração no Relatório de Gestão Fiscal do primeiro quadrimestre seguinte ao vencimento do prazo estipulado de 60 dias para adequação dos gastos ao limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Corte de Contas também determina que o TJRN se abstenha do ato que implique em efetivo aumento de despesa com pessoal até o julgamento do mérito da representação. Além disso, o Tribunal de Justiça tem o prazo de 15 dias, a contar da intimação da decisão, para apresentar nos autos, diante dos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal, os cálculos para autorizar o concurso público atualmente em curso para magistrados em seus quadros.

VEÍCULO: JORNAL DE HOJE

DATA: 09.01.15

EDITORIA: POLÍTICA

Cláudio Santos: "Se fosse uma empresa, poderia dizer que o TJ está quebrado"

NOVO PRESIDENTE EXONERA 100 COMISSONADOS E SUSPENDE GRATIFICAÇÕES. MEDIDAS, CONTUDO, AINDA SÃO INSUFICIENTES

Com Meias
Reportagem de Patrícia

Com a maior média salarial do Brasil, os funcionários do Tribunal de Justiça do RN devem estar tranquilos financeiramente. Acima do "limite legal" de gastos com a folha, estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e precisando cortar gastos, o Poder Judiciário a qual eles pertencem, no entanto, segue em grave crise financeira. Por isso, neste primeiro pacote de medidas de austeridade anunciadas pelo desembargador Cláudio Santos, os funcionários foram os mais atingidos, com a exoneração de 100 cargos comissionados (já publicada no Diário Oficial) e a suspensão das gratificações pagas a servidores.

O problema é que, nem assim, o desembargador Cláudio Santos acredita que será possível fazer com que o Judiciário permaneça abaixo ao limite legal. Ou seja: a

situação "vexatória" continuará por mais algum tempo - anos. "Nós vamos nos preocupar em enquadrar o Tribunal de Justiça na Lei de Responsabilidade Fiscal. Como disse no meu discurso de posse, essa situação é, antes de tudo, vexatória, porque nós julgamos os outros gestores públicos que desbordam da LRF. Inclusive, todos os órgãos, Prefeitura, Tribunal de Contas, Ministério Público, o julgamento é aqui conosco. Então, é vexatória porque nós deveríamos dar o exemplo", afirmou Cláudio Santos.

Com um orçamento anual de, aproximadamente, R\$ 900 milhões e gastando mais de R\$ 60 milhões por mês, com folha de pessoal, o TJRN terá que reduzir as despesas com pessoal, que hoje representam quase 7% da receita corrente líquida do Estado (o limite é 6%), para atender a determinação do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Já para cumprir o que determinam



Cláudio Santos tentará que CNJ reveja decisão sobre comissionados, porque ainda é preciso exonerar mais 140 cargos

diminuir mais 140 cargos e eu não sei, com toda franqueza, como vou fazê-lo agora, porque isso implicaria numa grave ameaça ao normal funcionamento do Poder Judiciário do RN", afirmou Cláudio Santos, acrescentando que se reunirá com o CNJ para tentar rever, ao menos, essa parte.

Até porque, mesmo com todas essas exonerações, suspensão de gratificações e corte de comissos nomeados se confirme, o TJRN ainda não conseguirá cumprir o que exige o TCE. "São muitas medidas, mas acredito que vá reduzir muito pouco", afirmou o desembargador, acrescentando que, para sair do limite legal, talvez só seja possível mesmo com o crescimento da economia - isso é, se ela crescer. "Estamos completamente enfiados", avaliou o novo presidente.

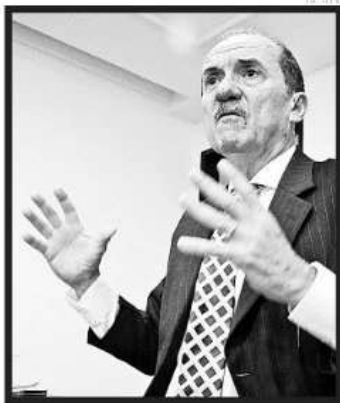
Veja, abaixo, os principais pontos da entrevista exclusiva do novo presidente do Judiciário po-

"TJRN tem maior média salarial do Brasil. E nosso Estado é pobre"

Essas medidas são suficientes?

Cláudio Santos: São o começo, porque nós não vamos conseguir nos adequar somente com isso a LRF, aos 6% da receita corrente líquida. A Lei manda que, primeiro, nós possamos exonerar cargos comissionados. Depois, aquela que se pode chegar até a demissão de cargos efetivos. Temos que fazer todas as economias que podemos fazer. Naturalmente que algumas terão que ser avulsas pelo Pleno antes de seguir para a Assembleia Legislativa. As que são da Presidência, já são tomadas e são irreversíveis.

los terceirizados fazendo o que a Lei nos permite. Devolvendo carro, servidor... Vou diminuir diária, determinados custos... As medidas iniciais são essas. Nós esperamos a compreensão de todos. E preciso que os funcionários e magistrados tenham comprometimento. Não podemos ser público. Lamento, mas a realidade é essa. O ideal seria o presidente chegar aqui e anunciar contratação, isso e aquilo, mas eu tenho o dever de cumprir a lei.



mentos, com a imaginação criativa dos advogados, acharam uma brecha na lei para dizer que todos os que tivessem nível superior no Estado, incluindo ao Tribunal de Contas, Ministério Público, Poder Judiciário, tinha direito aos 100%, inclusive, quem entrou depois. De qualquer maneira, isso implicou no aumento de 100% nos vencimentos de todos os funcionários efetivos. Os cargos de confiança do TJ, hoje, são remunerados com os mesmos valores de 10 anos atrás. Estão muito defasados, mas não há como, absolutamente, atualizar isso. Nós temos o maior cargo, é apenas um, de secretário-geral, que é de R\$ 13 mil brutos. Todos os demais, 70% ou 80%, são em torno dos R\$ 5 mil.

O Poder Judiciário remunera muito melhor que todos os demais poderes e órgãos e o Estado é pobre. Não pode o Tribunal de Justiça do RN ter a maior remuneração média de todos os tribunais do Brasil, se você tem São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, que têm outra estrutura. O RN não produz riqueza nenhuma. O que é que nós produzimos? Um estado semi-árido, o turismo caindo, a parte agropecuária se rebaixa um pouco e a cana-de-açúcar. Enfim. Nós temos que pensar numa forma de diminuir esses gastos públicos de maneira geral. Eu não estou me preocupando com o Brasil todo. Nós temos que começar a pensar nisso. Não é possível que toda a população trabalhe para remunerar determinadas categorias de uma maneira exacerbada.

Quais setores foram atingidos com as cortes dos comissionados?

CS: Até agora só mexi no Tribunal de Justiça. Não temos depois que adequar os cargos comissionados de primeiro grau. Com a deficiência de juizes, nós temos 100 vagas (abertas) de juizes no RN, nós temos 35 comarcas sem juiz titular, o que é um absurdo não conseguimos terminar esse concurso, na hora que eu tirar, também, todos os comissionados, aí vou desestruturar ainda mais o primeiro grau. Inclusive, me comprometo com os próprios magistrados de, no prazo de 30 dias, estudar alternativas, porque nós precisamos ter uma base de julgamentos, a melhor possível dentro dessa situação.

Isso pode deixar a Justiça estadual mais lenta?

CS: Não sei, sabe? Pode ser que sim, pode ser que não, porque às vezes muito funcionários atrapalham quem quer trabalhar. Talvez até deixe mais espaço para quem quer trabalhar. Alguns setores tem gente demais.

Haverá redução também de contratos?

CS: Nós estamos nesse contra-

Quantos gastos serão cortados com essas medidas?

CS: São muitas medidas, mas acredito que vá reduzir muito pouco. Não temos ainda a respectiva financeira total, mas "muito pouco" porque eu tenho que atender aos princípios constitucionais, inclusive, a irredutibilidade de vencimentos, então, não posso baixar a remuneração de ninguém. O que posso é baixar a gratificação, exonerar cargos comissionados, tirar aluguéis. Isso a gente pode fazer, uma parte através de lei, com a Assembleia aprovando, mas, outra parte, nós estamos imobilizados.

Qual a mensagem o TJRN passa com essas cortes?

CS: A boa vontade do Poder Judiciário de se ajustar as bordas da Lei. Agora, tem um problema: nós temos que obedecer a 6% da receita corrente líquida do Estado, então, se a economia crescer bastante, talvez nós possamos cumprir isso em seis anos. Mas se não houver crescimento, nós só vamos poder cumprir isso em 10 anos. Imagine como isso é complicado para o Judiciário, 10 anos engessado? Esse fato, se fosse numa empresa privada, eu poderia dizer que o Poder Judiciário está quebrado. Se fosse

numa empresa privada, porque essa figura não existe em Direito Público. Mas, o fato é que temos R\$ 136 milhões fora da folha normal para ser absorvida na folha normal. O que o Tribunal de Contas quer é isso, com justa razão e nós temos que nos enquadrar.

Com o aumento no STF, poderá haver também o aumento dos juizes estaduais, pelo escalonamento?

CS: Nas conversas que tivemos com o Tribunal de Contas do Estado, ficou acertada que, quando se tratasse de questão nacional, de escalonamento do ministro do Supremo Tribunal Federal, haveria de ficar fora dessas contas com relação à LRF. Então, o requisito está garantido. Só não sei se está garantido o direito.

E os concursos públicos? Serão suspensos?

CS: Continua o concurso público para juiz e para o cartório. Para servidor, é esse o engessamento que eu falo: não tem a menor condição. Nós temos quase 2 mil servidores efetivos, mais mil e tantos servidores cedidos, requisitados, encostados... Enfim, tudo que você pode imaginar aqui.

Como o TJRN chegou a essa situação?

CS: GTNS. O problema é que a Gratificação de Técnico de Nível Superior foi instituída em 93, 94, e dizia que, naquela época de alta inflação, os salários foram reajustados em 30% dos técnicos de nível superior, sem especificar o que era. Depois chegou a 100%. Posterior-

MEDIDAS DO TJRN PARA CORTAR GASTOS	
Exoneração de 100 cargos comissionados	Conjuntamente é absorção da Gratificação de Técnico de Nível Superior (GTNS)
Suspensão da concessão e do pagamento das gratificações de Diretores de Secretaria	Extinção do Adicional por Tempo de Serviço (ATS)
Extinção de todas as Gratificações de Gabinete	Extinção de gratificações dos Oficiais de Justiça
Redução nos contratos de Intercâmbio Jurídico	As empresas contratadas serão chamadas a renegociar os contratos, com a finalidade de redução de 25% dos valores atuais.
Valor mensal atual dos contratos de Intercâmbio e locação de veículos: R\$ 2.149.401,26	Redução pretendida: R\$ 536.625,35
Valores mensais pretendidos: R\$ 1.612.775,91	Total de pessoal terceirizado contratado: 743 prestadores de serviço terceirizados
Redução pretendida: Aproximadamente 180 prestadores de serviço terceirizados	Veículos locados pelo TJRN: 88
	Veículos que serão desativados: 11

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 11.01.15

EDITORIA: POLÍTICA

» ENTREVISTA » BENES LEOCÁDIO

PREFEITO DE LAJES E PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

“A situação está cada vez mais insustentável”

« PREFEITURAS » Queda na primeira parcela de 2015 do Fundo de Participação dos Municípios frustra as expectativas dos prefeitos para equilibrar contas

ANNA RUTH DANTAS
Repórter

A situação financeira dos municípios potiguares é crítica e o ano de 2015 começa em tom de alerta. Frustrando a expectativa de aumento do Fundo de Participação dos Municípios, a primeira parcela do mês de janeiro veio com uma redução de 30%, se comparada com o mesmo período do ano passado. O Piso Nacional do Professor, que foi reajustado em 13% este mês, não será pago integralmente pelas prefeituras potiguares. Atualmente, 40% das prefeituras potiguares usam 100% dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e ainda não conseguem pagar integralmente a folha de pessoal da Educação. O quadro delicado das prefeituras é traçado pelo presidente da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte, Benes Leocádio, prefeito de Lajes.

“A situação está cada vez mais insustentável com relação as finanças dos municípios. É uma estagnação da economia nacional que reflete diretamente nas finanças municipais”, disse o prefeito. Confira a entrevista concedida por ele a TRIBUNA DO NORTE:

Quais as principais dificuldades dos municípios?

A situação está cada vez mais insustentável com relação as finanças dos municípios. É uma estagnação da economia nacio-

Pelo que o Governo Federal anuncia nós vamos empatar 2014 com 2015 em termos de Fundo de Participação dos Municípios.”

nem para pagar o INSS.

Qual a sua expectativa para o FPM de 2015? Vem aliviar as finanças municipais?

Pelo que o Governo Federal anuncia nós vamos empatar 2014 com 2015 em termos de Fundo de Participação dos Municípios. Todos dizem que é ano de recessão. A indústria automobilística já começou a demitir. O fato de empatar é até um alívio. Mas, mesmo empatando em termos de FPM não será suficiente para cobrir a folha. Veja que já temos um incremento de 8% do salário mínimo, ainda o piso nacional do professor. Precisamos buscar uma solução para tentar compensar as quedas de arrecadação, caso contrário vamos ter muitos serviços paralisados. A nível nacional os colegas (prefeitos) estão propondo devolverem os programas federais que são executados, como já ocorre com o Mais Médico. Isso porque com esses programas federais o município ainda paga 22%, que é o equivalente as obrigações previdenciárias patronal.

As dívidas das prefeituras são acumuladas com quem?

Com os fornecedores, prestadores de serviço, previdência e ainda tem uma parte com o próprio servidor. Tem município que está pagando no dia 10 a folha referente ao mês passado.

Com todo esse quadro retratado pelo senhor, ainda há o problema da seca.



HEBERBERT SALES

vados, mas os recursos não são liberados. Em Lajes, por exemplo, estou com um caso onde a obra foi concluída em maio de 2014, mas o Governo Federal não fez o pagamento para empresa. Ainda há aquelas questões que ocorrem de cima para baixo, como o piso nacional do professor. O Governo Federal trata os desiguais iguais. A Prefeitura de São Paulo recebe a mesma obrigação de Pedra Preta.

O senhor é candidato a reeleição na Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte, pleito que ocorrerá quinta-feira. O que propõe para essa nova gestão?

A nossa proposta é incrementar mais ainda as ações desenvolvidas até o momento. A federação dá sustentação aos mu-

nicipios, como o caso da imprensa oficial, a luta com o aumento da arrecadação e distribuição de ICMS. Estamos firmando uma parceria com o Sebrae para implantar a Rede Sim, integrando as informações fiscais entre os três níveis da federação e fazer com que a empresa que presta serviço em determinado município, mesmo tendo sua sede em Natal, ao emitir uma nota tenha uma comunicação com os três sistemas ao mesmo tempo. Há ainda a capacitação feita pela escola de gestão, como com a comissão de licitação, de controle interno. Qualquer município que quiser discorrer ou preparar projeto tem uma assessoria 24 horas. Além das lutas municipais nossa junto a banca-

da. Queremos manter o compromisso da bancada para que uma emenda coletiva, todo ano, seja indicada pela Femurn, que discute entre seus associados. É um ganho muito grande porque vamos fazer obras de cunho regional, não obras para um município isolado. Com essa emenda coletiva vamos mudar uma região. Temos também a luta para pagamento das obrigações com a saúde da assistência farmacêutica. Já vinha há três governos sem cumprir. Temos uma decisão limiar obrigando o Estado a fazer a reparação que é da ordem de R\$ 35 milhões. Além disso, para esse novo mandato vamos executar o projeto da sede própria, já temo recursos economizados e vamos para essa realização. Nossa bandeira é a do municipalismo.

nal que reflete diretamente nas finanças municipais. A fonte principal das receitas, que é o FPM (Fundo de Participação dos Municípios), nos últimos três ou quatro anos reduziu. Fechamos 2014 com crescimento zero em relação a 2013. Mas não podemos ser observado que foi zero porque na verdade reduziu já que tivemos que suportar o aumento do piso do professor. Agora já entramos 2015 com um aumento de 13% no piso nacional do professor. Como vamos segurar? E tudo isso vai prejudicando os serviços que os municípios podem oferecer. O que complica mais são os planos de carreiras. Porque veja que o piso inicial do professor é de R\$ 1.918, mas há os planos de carreiras. Em Lajes (município administrado por ele) tem 140 professores e o salário médio é de R\$ 2.500, porque somado ao piso há as vantagens que vem no plano, além das promoções horizontais e verticais. O Tribunal de Contas do Estado já confirmou que mais de 50% das prefeituras estão excedendo o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. A situação é crítica. O grande clamor do momento é a preocupação de que no início do ano, normalmente, há um aumento de FPM. Mas, a primeira parcela de 2015 do FPM veio com 30% menor do que o mesmo período do ano passado.

E nesse contexto crítico, que o senhor descreve, qual a alternativa? Não tem mais alternativa? Porque já estamos no limite, já não temos mais como enxugar.



Tem municípios que pagam o líquido (da folha) aos funcionários e não conseguem pagar a Previdência.”

Sempre, as primeiras providências dos prefeitos, é reduzir os cargos comissionados, gratificações e ainda reduzir o próprio efetivo de pessoal. Mas agora estamos sem saber o que fazer com o próprio quadro em que os municípios se encontram. Os recursos já não são suficientes para pagar a folha e as obrigações. Tem municípios que pagam o líquido aos funcionários e não conseguem pagar a Previdência. Nesse caso, quando o FPM é depositado já há o desconto da Previdência. O resultado disso é que na última sexta-feira 38 prefeituras tiveram crédito zero. Ou seja, o FPM depositado na primeira parcela não foi suficiente

Sobre isso, alguns municípios estão tendo que arcar com o custo do fornecimento da água. É ainda mais impacto para as prefeituras. Não conseguimos manter em dia esse pagamento. Essa é uma despesa que o município tem e o Governo Federal não quer assumir. É mais encargo para gente (prefeito). Além disso, ainda há a tentativa de salvar o rebanho, para isso usamos aquelas máquinas que foram doadas pelo Governo Federal. Mas em alguns municípios as máquinas estão paradas porque as prefeituras não têm dinheiro para fazer funcionar.

O piso nacional do professor é lei. Os municípios potiguares conseguirão cumprir essa lei?

Todos não. Hoje 40% dos municípios estão usando 100% do Fundeb (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica) para pagar o salário e ainda não é suficiente. Em cinco anos de piso nacional do professor, o aumento foi de 90%, somando esses 13% concedidos já este ano. Teria que ocorrer um crescimento de arrecadação na mesma proporção para que os municípios suportassem esse reajuste.

As entidades municipalistas farão algum tipo de nova gestão junto ao Governo Federal?

O horizonte é ruim porque o Governo Federal tem registrado suas dificuldades. Normalmente se fala que os municípios não têm projeto e por isso o Governo Federal não libera recursos. Mas a realidade é outra, as prefeituras têm os projetos apro-

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 10.01.15

EDITORIA: POLÍTICA

Deputados articulam para a Mesa Diretora da Assembleia

« SUCESSÃO » Escolha do presidente para a próxima legislatura será no dia primeiro de fevereiro, logo depois da posse dos deputados

Embora em recesso, os deputados estaduais do Rio Grande do Norte vivem um clima de expectativa com a aproximação da eleição da Mesa Diretora da Assembleia. O atual presidente Ricardo Motta (PROS) articula a reeleição e conquistou apoios na base aliada. Mas, o deputado estadual eleito Galeno Torquato (PSD) estreante no Legislativo, declarou esta semana, em Mossoró, que ainda alimenta o desejo de disputar a Presidência do Legislativo. "Posso votar ou ser votado", disse o parlamentar.

Com isso, a disputa para a presidência da Assembleia começa a se desenhar com o atual detentor do cargo de um lado e Galeno Torquato do outro. A tendência é favorável ao atual presidente, uma vez que ele recebeu sinalizações de apoios até mesmo de parlamentares que estão na base aliada do atual governador Robinson Faria, como o deputado José Dias (PSD).

Mesmo assim, o parlamentar estreante, Galeno Torquato, afirmou, nesta semana, que ainda não desistiu. Ele comentou que espera a orientação do governador. "Nossa posição no que se refere à disputa está sendo trabalhada. O governador Robinson Faria (PSD) conhece bem e sabe como funciona a Assembleia Legislativa e as disputas em torno da presidência e demais cargos da mesa diretora. Robinson foi deputado estadual por 24 anos e presidente da Casa por oito anos. O processo está em andamento. A eleição vai acontecer no dia 1º de fevereiro", comentou, Galeno Torquato. Ele disse que vai



Deputados estaduais poderão ter disputa em plenário pela presidência da Assembleia

conversar com o governador sobre esse assunto nas próximas semanas. "Meu nome está à disposição tanto para votar quanto para ser votado e essa decisão será tomada em conjunto com o governador. Ele sabe e conhece os rumos que a Assembleia deve adotar, portanto, seguirei a orientação que nos for repassada", afirmou o deputado eleito, em Mossoró.

Nos bastidores das articulações, assessores próximos ao parlamentar do PSD apontam que é a partir do apoio do chefe do Executivo estadual que Galeno espera consolidar a candidatura.

O bloco de apoio do Governo conta hoje, oficialmente, com oito deputados: além de Galeno, Cristiane Dantas (PC do B), Fernando Mineiro (PT), José Dias (PSD), Disson Lisboa (PSD), Jo-

sé Adécio (DEM) e Gustavo Carvalho (PROS). Mas para a articulação do candidato surge um entrave: o racha no próprio grupo, já que José Dias declarou apoio à candidatura de Ricardo Motta.

Por outro lado, ele não é o único a almejar o cargo de presidente. Gustavo Carvalho, correligionário de Motta, conta com a proximidade do deputado federal Fábio Faria, filho do governador, e é partir disso que ele também busca construir sua candidatura a presidente da Assembleia. Já o deputado Álvaro Dias (PMDB) demonstra uma proximidade com o governador Robinson Faria e foca na estratégia de tentar ser candidato a presidente a partir do grupo do governador eleito.

Mesmo com as dificuldades nessas articulações, o grupo de

Robinson Faria deve partir com apenas um candidato. A indefinição é saber quem será: Galeno Torquato, Álvaro Dias ou Gustavo Carvalho.

Como Ricardo Motta recebeu apoio de deputados da base aliada, ele também pode se consolidar como nome de consenso, se a base do governador não viabilizar um dos possíveis candidatos.

A eleição para Mesa Diretora da Assembleia Legislativa será na primeira sessão da legislatura, no dia primeiro de fevereiro, um domingo. Os cargos da Mesa são eleitos separadamente, ou seja, não são chapas fechadas a disputarem os cargos.

No dia seguinte, dois de fevereiro, haverá a leitura anual da

Double click to zoom in / out

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 10.01.15

EDITORIA: POLÍTICA

« SUCESSÃO »

CPI não pode ser tratada como duelo, diz Chinaglia

Candidato a presidente a Câmara pelo PT é contra instalação de nova Comissão

Candidato à Presidência da Câmara, o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) se opôs à abertura de uma nova CPI para investigar o esquema de corrupção na Petrobras, defendida por seu principal adversário, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). "CPI não pode ser tratada como duelo. Propor CPI não tira nem dá credibilidade", disse o petista em entrevista, durante almoço em que recebeu apoio de parlamentares do Rio.

A CPI tem sido defendida por partidos de oposição e a adesão do PMDB seria decisiva para abertura da investigação. Apesar da divergência sobre a CPI, Chinaglia disse que a eleição na Câmara não

será o terceiro turno da disputa presidencial, quando PT e PSDB entraram em guerra. Prova disso, afirmou, será o encontro do petista com o governador de São Paulo, o tucano Geraldo Alckmin, marcado para a próxima segunda-feira. "Entre mim e Alckmin não há nenhuma beligerância", afirmou.

Embora o PSDB, o DEM e o PPS tenham declarado apoio à candidatura do deputado Júlio Delgado (PSB-MG) para o comando da Câmara, Chinaglia quer os votos da oposição no segundo turno com Cunha, que considera inevitável. "Não podemos agir como se tivéssemos um longo passado pela frente. Não vamos trazer para a Câmara o que foi a disputa presidencial", discursou. Para o petista, Cunha foi mal sucedido ao tentar se apresentar como candidato de parte da situação e da oposição.

« LEGISLATIVO »

Eduardo Cunha defende Comissão de Inquérito

Líder do PMDB na Câmara afirma que nova CPI vai evitar que fiquem dúvidas

O líder da bancada do PMDB e candidato a presidente na Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, trabalha para que o partido articule a criação de uma nova Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar as acusações de desvios na Petrobras. Eduardo Cunha afirma que só uma novas apurações podem esclarecer as denúncias envolvendo a estatal.

Ontem, o ministro da Secretaria da Aviação Civil, Eliseu Padilha (PMDB), evitou comentar a informação de que o deputado federal Eduardo Cunha (RJ), seu colega de partido, poderia estar envolvido no esquema da Petrobras. "Prefiro não opinar sobre o

processo político neste momento", disse em passagem pela capital gaúcha, onde se reuniu com deputados e com o governador José Ivo Sartori (PMDB).

Em dezembro, a CPI da Petrobras foi concluída sem agregar novos fatos às investigações em curso na Justiça Federal. Diante da expectativa de revelação do braço político envolvido no esquema de corrupção na estatal, a oposição começou a coletar assinaturas para a instalação de uma nova comissão no Congresso. Como deputados e senadores estão em recesso, várias listas de pedido de criação da comissão estão circulando, mas a ideia dos líderes oposicionistas é unificar os esforços e começar o ano legislativo, a partir de 1º de fevereiro, protocolando o requerimento. "Vamos assinar todas (as listas logo)", declarou Eduardo Cunha. Ele disse que uma nova CPI também vai esclarecer que ele não está envolvido no esquema.

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 10.01.15

EDITORIA: POLÍTICA

BENES DESTACA REALIZAÇÕES DE SUA GESTÃO

Na presidência da Federação desde 2009, Benes Leocádio destacou entre uma das principais ações conseguidas durante seu mandato a regulamentação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pelo Governo do Estado, através da Lei 9.377/2009. De acordo com ele, 146 municípios foram beneficiados com a medida.

"Eu tenho muita escarapela pela Fiemrn e reconhecida pela Assembleia Legislativa, que aprovou a lei, o governo sucessivos e programas municipais do RN chegaram a ter ganhos de 200% nesse índice de arrecadação do ICMS, que é o que vem ajudando os municípios a desenvolverem", afirmou.

Outra realização enfatizada pelo atual presidente foi a implantação do Diário Oficial Eletrônico da entidade, que é o veículo de divulgação dos atos administrativos a custo zero para os produtores. O Diário Oficial atende hoje a todos os municípios e atende-se às câmaras municipais.

"Nosso desafio agora é continuar com a Fiemrn saudável, forte e autônoma. A Fiemrn não tem vinculação partidária nem de governo do momento e é preciso que os colegas tenham esse entendimento", alertou.

Coletivamente afirmou o prefeito, quando assumiu em 2009 o comando da entidade os municípios ligados arrecamaram cerca de R\$ 1 milhão.

Uma das bandeiras defendidas por ele é a construção de uma sede própria para a Fiemrn. Segundo afirmou, durante o seu mandato a entidade conseguiu arrecadar R\$ 1 milhão, valor que hoje se encontra em caixa para construção. O local de construção, que é o antigo local da casa aérea, não foi definido e depende de decisão de um terreno pelo Governo do Estado. A sede atual da Fiemrn é alugada ao custo de R\$ 10 mil por mês.

"Independente de período, na minha situação eu quero que os produtores tenham seus negócios que a gente tem aqui", afirmou Benes Leocádio, que disse ainda não ter condições de contabilizar quantos produtores têm ao seu lado na disputa.

Como principal dificuldade vivenciada hoje pelos municípios produtores, Benes citou o compartilhamento com os políticos públicos que são de responsabilidade das cidades, como o ensino básico (pagamento de piso de professores), a saúde, que ele avalia como "subfinanciada" e os investimentos que ficam comprometidos à medida que não existe crescimento na arrecadação.

"A gente tem um exemplo agora que é a questão do aumento do piso dos professores, que teve um aumento de 13% em 2014 e o 10% que é a principal fonte da formação do Funchel, não teve crescimento nenhuma em relação a 2013, e aí como compensar?", questionou.



“
NOSSO DESAFIO
AGORA É CONTINUAR COM
A FEMURN UNIDA,
FORTE E AUTÔNOMA”

Benes Leocádio,
Presidente da Fiemrn e
candidato à reeleição



Benes Leocádio, presidente da Fiemrn, conversa com Francisco José Júnior, seu adversário, antes de sair do registro de candidatura

DISPUTA 'AMISTOSA' PELA FEMURN

/ ELEIÇÃO / PELA PRIMEIRA VEZ DESDE 2001, QUANDO A FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RN FOI CRIADA, DUAS CHAPAS PLEITEIAM A PRESIDÊNCIA DA ENTIDADE; PREFEITO DE MOSSORÓ OFICIALIZA CANDIDATURA CONTRA O ATUAL GESTOR

REDAÇÃO
RIO DE JANEIRO

PELA PRIMEIRA VEZ desde que a Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte (Femurn) foi criada, em 2001, esse ano será o primeiro em que haverá mais de uma chapa pela presidência da entidade, as candidaturas eleições ocorreram que se espelham em duas situações. O atual presidente da Fiemrn e prefeito de Lajes, Benes Leocádio (PMDB), está o prefeito de Mossoró, Francisco José Júnior (PSD), que registrou candidatura na sede da federação no município de entre.

"Um cenário amistoso", disse Benes Leocádio, assim que recebeu o adversário possente na sede da entidade. Antes do registro de candidatura, Francisco José Júnior e o prefeito de Lajes conversaram por alguns minutos antes assinarem a ata, com o corte de goetes realizado entre pelo Judiciário estadual e problemas começaram aos municípios produtores.

A eleição para a presidência da Fiemrn acontecerá na próxima quarta-feira (15), das 9h às 12h, no Hotel Fiemurn na Via Costeira. Das 167 municípios po-

lígicos, 155 são sêcios contribuintes e por isso estão aptos a votar. A votação ocorre de forma normal em cada cidade.

Sob os a candidatura de seu adversário, Benes Leocádio considerou "natural" que os produtores quisessem disputar o comando da Fiemrn, dada a grande representatividade que o órgão possui em quase todos os municípios.

"O que causa preocupação é, digamos, pelo tempo que a gente tem de história enquanto filiado, enquanto fundador - sou membro desde a fundação - tivemos algumas complicações, alguns ataques e agora, para surpresa nossa, após o resultado eleitoral recebermos a informação de que o colega Silveira fez a sua filiação em Mossoró e pleiteou uma representação maior", disse Leocádio.

Embora Benes tenha tentado relacionar a candidatura de Silveira à história do município para o Governo do Estado, da qual o governador Robinson Faria - também do PSD - não se recusa, o chefe do Executivo em Mossoró negou que haja vínculo entre sua candidatura e plano partidário do PSD.

Segundo garantiu Silveira, a decisão

pela candidatura se deu face ao momento considerado oportuno para uma mudança na gestão da federação. "Vou registrar minha candidatura e Dora está no comando e sabe o que está melhor. Independentemente de quem vença, vamos trabalhar muito pelo Rio Grande do Norte", disse o prefeito de Mossoró.

A principal dificuldade da Fiemrn é representar os municípios do RN e defender seus interesses. O mandato da presidência da federação é de dois anos, podendo votar os prefeitos dos municípios que estiverem em dia com a tesouraria do órgão. O atual presidente está no comando da entidade desde 2009, ou seja, durante três mandatos consecutivos.

O pagamento da entidade é formado a partir de doações, contribuições no âmbito de pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado. Os valores das contribuições variam em relação a cada município, uma vez que são desonçados do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). As quantias desonçadas a cada mês são diretamente passas a conta da Fiemrn. De acordo com Benes Leocádio, a arrecadação atual da entidade é de R\$ 100 mil por mês.

SILVEIRA DIZ QUE MOMENTO É OPORTUNO

Para o ato de registro de sua candidatura a prefeitura de Mossoró Francisco José Júnior foi acompanhado de alguns prefeitos representantes da nova chapa, composta por 16 membros. Entre os acompanhantes estavam os prefeitos de Assis, José Júnior (PMDB) e de São Paulo do Potengi, José Leonardo Guimarães (Pós-graduação) do PSD, o de Governador Dix-Sept Rosado, Aracimundo (PDSB) e o prefeito de Paço Bonfim, José Márcio de Moraes (PSD).

De acordo com Silveira Júnior a chapa até agora tem garantia de apoio de 92 prefeitos, dos 155 que estão aptos a votar. O objetivo é eleger nos 160 municípios até a próxima segunda-feira. "Não queremos deixar a chapa muito solitária e muito participativa, primeiro buscamos contemplar todas as regiões do RN, fomos em outra finalidade as questões partidárias, até porque a federação é apolítica, por isso tivemos questão de colorir vários partidos", explicou.

Segundo afirmou Silveira, um dos motivos que o levaram a se candidatar para a presidência da Fiemrn foi o "momento oportuno, em virtude das mudanças por que passa o Rio Grande do Norte e o Brasil". Ele ressaltou que "a alternância de poder é necessária para o desenvolvimento do qualquer região". A lista de prefeitos está disponível no site de sua candidatura, sob o domínio do site de prefeitura do mesmo partido da criação das Cidades, Gilberto Kassab, que segundo ele é o momento mais importante para os prefeitos.

Uma das propostas do candidato é prestar consultoria aos prefeitos em áreas como contabilidade ou gestão pública. Outra proposta é criar um grupo profissional para elaborar projetos para os prefeitos, o que seria, na opinião de candidato, uma forma de ajudar os municípios a economizar recursos. "Muitos municípios hoje licitam o projeto para depois licitarem a obra e isso é um custo muito grande", explicou. A construção de uma sede própria para a Fiemrn, também é uma proposta do prefeito de Mossoró.

Embora tenha afirmado que o governador Robinson Faria apoia sua candidatura, Silveira Júnior garantiu que sua candidatura nada tem a ver com os planos políticos do PSD. Ele afirmou ainda que o destino pela candidatura não foi algo decidido pelo partido, mas pelo próprio prefeito, que logo após sua decisão começou a governar.

"O governador esteve na terça-feira em Mossoró, tratamos de assuntos da cidade e eu o orientei sobre a minha decisão de ser candidato e ele me desapegou, me disse que sabia que eu teria competência administrativa de assumir o comando da federação", disse Silveira. As reuniões diferenciadas que têm lugar em municípios, na visão dele, é a grande resposta, mediante pelas mudanças de propostas promovidas pelo governo federal.



“
A ALTERNANÇA DE PODER
É NECESSÁRIA PARA O
DESENVOLVIMENTO DE
QUALQUER REGIÃO”

Francisco José Júnior,
Prefeito de Mossoró e candidato
a presidente da Fiemrn

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 10.01.15

EDITORIA: ECONOMIA

INFRAMÉRICA DIVULGA RESULTADOS PRÓXIMA SEMANA

/ DESEMPENHO / ALÉM DE NEGAR OS RUMORES DE QUE O AEROPORTO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE SERÁ VENDIDO, EMPRESA DIZ QUE PERFORMANCE DO TERMINAL AÉREO MELHOROU MÊS A MÊS, CONFORME PRETENDE MOSTRAR EM BALANÇO DENTRO DE DIAS

TULLIO PEREIRA
RIO DE JANEIRO

O **CONSORCIO INFRAMÉRICA** nega rumores a venda de ativos do Aeroporto Internacional Aluísio Alves por um de seus associados e garante que o terminal terá crescimento em desempenho desde o início da operação em sua operação. Na primeira semana, será divulgado o relatório operacional de 2014 que, segundo o consórcio, mostrará "resultados cada vez melhores, mês a mês".

E a expectativa é de que o desempenho do aeroporto dê um salto, caso se confirme a redução da alíquota do imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o querosene da aviação (QAV), hoje em 17%. O governador do estado, Robinson Faria, já anunciou a dispensação em algumas situações.

"O incentivo ao combustível certamente vai atrair ainda mais voos e investimentos para o Estado", destacou a Inframérica, ativista de nota. Todavia, outra o cen-

ário, "o objetivo do incentivo é desenvolver turismo, atrair novos investimentos, criar mais desenvolvimento para o RN como um todo, não apenas para o aeroporto".

O governo do Estado, por meio da assessoria de comunicação, afirmou que o governo tem um projeto de dispensação do QAV estatal, para ser transformado em decreto, ele deve ser "negociado" com as companhias aéreas. Antes de reduzir a alíquota do imposto sobre o combustível, o Estado quer a garantia das companhias de que será ampliado o número de voos, aumentada a rota aérea e a consequente diminuição no valor do bilhete.

Um acordo entre companhias e governo já foi marcado, mas concluído em segredo, por insensibilidades de agências. Uma nova reunião está sendo negociada para os próximos dias. O governo, que já está com um projeto quase pronto, afirmou que se divulgará detalhes como o percentual de redução e projeção de



Inframérica também está elogiada com os incentivos fiscais sobre o querosene de aviação (QAV)

irrigação quando o decreto for publicado.

O secretário estadual de Turismo, Ray Gaspar, adiantou ao NOVO JORNAL, que a proposta é reduzir de 17% para 12% a alíquota dos voos comerciais e para

5% sobre os voos charter (particulares). Com isso, o governo espera, ao menos, voltar a alcançar o número de 36 voos dessa categoria, marca já batida por uma única agência de viagens em 2007.

A promessa de redução de alí-

quota do imposto chega em um momento delicado para o consórcio Inframérica, quando o aeroporto foi definido como "ponto atrativo para o mercado" no relatório nacional. Em matéria recente do jornal Valor Econômico,

Empresas

Em julho, Inframérica vendeu de aeroporto, Inframérica e está em...

Ministro da Valor Econômico que...

afirmou-se que parte dos ativos do Aluísio Alves – primeiro terminal aéreo do Brasil criado à concessão privada – seria vendido pela Engie (sócia majoritária do consórcio Inframérica).

A venda, entretanto, foi negada pela Engie em contato com o NOVO JORNAL. Não há nada em relação ao Aeroporto de São Gonçalo. O grupo do Grupo Jacton que está sendo avaliado é a Deserita, disse por e-mail sua assessoria de imprensa. De acordo com a Deserita, empresa de energia da corporação, já estão sendo negociadas com a sócia norueguesa Statkraft, que detém 40,68% da negócios.

DESONERAÇÃO NÃO REPERCUTE NECESSARIAMENTE NO NÚMERO DE VOOS

A Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abrae) criticou que está sendo agendado um encontro com o governo do Rio Grande Norte. No entanto, afirmou, que não há como assegurar que a diminuição na alíquota do ICMS impactará no aumento no número de voos ou, talvez, que-

da no preço dos bilhetes aéreos.

"Toda é uma questão que se verifica no fato. O que existe é um aumento na atratividade para o investimento", explicou a Abrae, através da assessoria de comunicação, mediante ainda que, com alíquotas mais baixas sobre o combustível, há uma tendência

de voos, mas isso depende também da demanda de passageiros de cada local.

No Distrito Federal, onde a alíquota do ICMS foi reduzida de 20% para 12% sobre o QAV, o aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek ganhou 306 novos voos. Além dis-

so, a arrecadação de ICMS sobre o QAV no Distrito Federal não foi afetada após o benefício fiscal. No primeiro trimestre de 2013, quando a alíquota era de 20%, total arrecadado foi de R\$ 36,7 milhões. No mesmo período deste ano, com a redução para 12%, o montante ficou em R\$ 36,2 milhões.

REDUÇÃO DE ALÍQUOTA

Desde então, Brasília transformou-se em uma fundição na luta pela redução da alíquota. A capital federal é sempre apresentada como o principal exemplo do sucesso da redução do imposto. O querosene de aviação (QAV) é subsidiado por 40% dos custos operacionais das companhias aéreas brasileiras. No Brasil, um dos principais fatores que aumentam o peso do imposto sobre as

despesas está na alíquota do ICMS, que pode chegar a 20% em alguns estados, isso faz com o preço do combustível utilizado no Brasil seja 20% mais caro do que a média mundial.

Sobre o pedido de uma contrapartida por parte do governador – em aumento no número de voos e redução no preço das passagens –, a assessoria de imprensa da ABRAE afirmou que a associação não pode comentar uma negociação que não foi iniciada ainda.

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 10.01.15

EDITORIA: ECONOMIA

/ PREÇOS /

Inflação fica perto da meta

A inflação oficial, do país, medida pelo IPCA, fechou 2014 em 6,41%, pouco abaixo do teto da meta de 6,5% estipulada pelo governo. Apesar de ficar dentro do limite, trata-se do maior aumento anual desde 2011 (6,3%), pressionado por serviços, alimentos e energia, segundo o IBGE.

O resultado ficou quase em linha com os 6,43% esperados, em média, por analistas.

Em dezembro, o IPCA de 6,39% se aproximou também das expectativas de mercado (6,39%). Em novembro, o índice havia sido menor (6,15%).

O fato de a meta não ter sido estralada não, mas além para o cenário de inflação acelerada, nem indica em 2015 mais tranquilidade, segundo especialistas.

Essa foi a décima vez consecutiva em que o IPCA ficou dentro do teto da meta, resulta o Ibrá. Mas também foi o quinto ano em que a inflação ficou acima do centro da meta para o IPCA, de 4,5%, com margem de tolerância de

dois pontos percentuais.

Para 2015, o Banco Central tem inflação de 6,5%, no topo da meta. Analistas estimam taxas entre 6,3% e 6,5%, em sua maioria. Não descartam, porém, que o IPCA supere essa marca caso ocorra um novo choque na oferta de alimentos.

Jogar à favor de uma inflação na meta é manter consumo e o fraco crescimento econômico previstos, que desentenda requisitos.

Mas as preços aumentados pelo governo preocupam, em especial os de energia elétrica. A adoção das tarifas tarifárias -métricas que, supostamente, imediatamente ao consumidor o custo extra pelo uso, das termelétricas -divulga o IPCA a um índice de ordem de 7% em janeiro.

Segundo Elmar Teles, economista do Ibrá, além de energia, os requisitos de transporte público acima do esperado -especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro - e "uma possível maior da preços de alimentação no início do ano"



Alimentos como o carne e a energia elétrica foram os alvos da inflação

vão impulsionar a inflar no próximo mês do ano.

Em 2014, a energia foi o item de maior peso na inflação, subiu 17,6% e mais do que dobrou a queda de 15,6% de 2013, construída pelo governo e possível graças à desoneração de tributos e reativação de contratos de hidrelétricas.

"O ano de 2014 é um paradigma do que está vindo em 2015: re-

ajustes mais fortes nos preços administrados", avalia a consultora Rosenberg & Associados.

Para Fátima Nunes dos Santos, coordenadora do IBGE, um dos "vilões da inflação" em 2014 foi a seca, com impacto nos alimentos (como carnes, feijão e grãos) e na energia elétrica, cujos preços subiram com os efeitos das reestruturações feitas e do consequente uso

intensivo de térmicas, fonte mais cara de energia. O desajustado das contas das empresas do setor elétrico, que receberam socorro do governo, também pesou na alta dos preços. Com o aumento das tarifas de energia, os preços monitorados subiram 5,32% em 2014, ante alta de 1,77% no ano anterior.

Já os serviços avançaram 8,33% em 2014, puxado por alimentação fora de casa, ultrapassando dezembro, agosto e outubro. O índice ficou acima do IPCA, mas pouco abaixo da inflação dos serviços em 2013, de 8,75%.

Para João Gomes, economista da Tesourovisão, um alívio para a inflação pode vir do ajuste fiscal adotado pela equipe econômica. "O clima é de preocupação. Mas é possível conter com um consumo cada vez mais fraco e alta dos preços. A medida não é elevar tributos ou aumentar juros e manter ainda mais o consumo e, sim, reduzir despesas do governo". Índice que mede a inflação de custo

de vida de famílias de menor renda e foi parte da colagem do índice revisado, o INPC subiu 6,23% em 2014, mais que os 5,56% de 2014.

A taxa, ajustada pelo INPC com famílias que ganham de 1 a 5 salários, foi inferior à do IPCA (6,41%). Ajustaram a seguir o índice e subiram abaixo da média os grupos transportes (3%) e vestuário (1,55%), além da deflação de remuneração (-1,89%).

No dia 30 de novembro, o presidente Dilma Rousseff fixou em R\$ 784,00 o salário mínimo de 2014, aumento de 8,88% em relação aos R\$ 724,00 do ano passado.

A regra de reajuste do salário mínimo e crescimento da economia dois anos antes (2,5% em 2013) está a repositiva da inflação medida pelo INPC de 2014.

Gomes e INPC só foi realizado ontem, a lei determina que o reajuste seja feito com base em estimativa para o índice feita pelo Executivo, que foi de 4,25% -o seja, o governo fixa suas posturas para a realidade.

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 10.01.15

EDITORIA: CIDADES

VERÃO EM REAIS

/ ALTA ESTAÇÃO / TURISTAS RECLAMAM DOS PREÇOS COBRADOS EM NATAL, MAS SECRETÁRIO DA PASTA AFIRMA QUE A CAPITAL POTIGUAR NÃO É UM DESTINO CARO PARA OS VISITANTES

BRUNO CARVALHO
DO NOVO JORNAL

OS TURISTAS que desejam passar uma parte de suas férias no Rio Grande do Norte tem a alta estação de 2015 dentro de um mês. Para aproveitar o verão em Natal, os visitantes devem aproveitar as atividades turísticas. A principal atividade econômica do Estado, o turismo, tem sido considerada cara por alguns visitantes.

Um passeio completo de 7 dias, que equivale a um período de seis horas, custa em média R\$ 500, com lotação de até quatro pessoas. Durante o percurso é possível conhecer sete praias (Gerupaba, Ilha do Rio, Graças, Pôrto, Jacaré, Porto Mirim e Marim) e duas lagoas (Pitangui e Jacaré), além de dois parques de dunas.

No mesmo percurso é possível aos visitantes se aproveitarem sua diversão e recreação na praia de



► Jennifer de Silva Soares, secretária. "Em relação a outras cidades do região, Fortaleza está mais em conta, só que Natal é mais paradisíaca"

REPORTAGEM

festas. Essas são as melhores opções para quem não quer pagar caro por mais de um tipo de comida. Cada decisão de alimentação ou acomodação custa por volta de R\$ 13 por pessoa.

Para finalizar o passeio, um almoço em Jacaré, última praia do percurso dos baguettes (no passeio completo), custa em média R\$ 45 por pessoa em self-service à la carte, um prato para duas pessoas na ao valor médio de R\$ 70.

Assim, no final do dia um casal de turistas tem desembolsado uma quantia aproximada de R\$ 596. Se os visitantes estiverem hospedados em um hotel na Via Costeira, somados o valor do passeio com o preço médio da diária, que é de R\$ 320, o gasto aproximado sobe para R\$ 1.316. Considerando o mesmo passeio para um casal com duas crianças de até doze anos (idade limite para criança nas diárias de alguns hotéis), o valor total sobe de aproximadamente R\$ 1.312.

Para a secretária de Santa Catarina, Jennifer da Silva Soares, que está a trabalhar na capital potiguar, Natal é um destino caro

em relação a outras cidades como Fortaleza, por exemplo. Apesar disso, ela afirma que já veio algumas vezes e sempre indica o destino para amigos e familiares.

"Nada assim vale a pena. Natal é uma cidade gostosa, tem pessoas acolhedoras, soltas. Em relação a outras cidades da região, Fortaleza está mais em conta, só que Natal é mais paradisíaca. Fortaleza é mais agitada, tem mais festa, depende do objetivo de cada turista", declara.

O administrador de empresa Eduardo Romero, de São Paulo, que está passando férias em Natal com a família, também considera alto o preço cobrado pelo setor do turismo potiguar. Ele afirma que em apenas seis dias em Natal, entre preços de hotel e passeio nas praias já gastou por volta de R\$ 6 mil. "Um passeio de buggy de R\$ 300 é muito caro, sem contar que a gente ainda gasta com alimentação e outras coisas", afirma.

A filha do administrador, Geuziana Romero, reclama do preço do hotel, que considerou caro em relação à estrutura oferecida. "Telo

preço que não pagamos, o hotel deveria ser melhor", afirma.

De acordo com a gerente da agência de passagens turísticas Oly Via, Suelma Azeiteiro, esse período de férias de 2015 está bastante favorável para o setor. Ela diz que está vendendo uma média de três a cinco passagens de buggy por dia.

"A demanda maior que temos aqui é para as praias do litoral Norte, como Genipaba, por exemplo. Não estamos vendendo mais agora para turistas de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraíba e Fortaleza", afirma. Em relação aos valores cobrados pelos baguettes nos passeios, Suelma diz que os turistas acham os valores muito caros, mas ainda assim pagam o passeio.

O preço do tradicional passeio de dromedários nas dunas de Jeriquabu é em média R\$ 220 (para quatro pessoas) e uma passagem de van para uma praia do litoral Sul fica por volta de R\$ 40. No caso do passeio para uma praia do litoral Sul como Paju, por exemplo, ser de buggy, o preço sobe para uma média de R\$ 700.

REFEIÇÃO NA PRAIA

Para quem deseja alargar em um restaurante de uma das praias mais tradicionais da capital, a Praia dos Artistas, tem que desembolsar entre R\$ 33 por um prato em um prato para até quatro pessoas.

Um prato frito acompanhado com arroz, legão verde, feijão e vitagre para duas pessoas fica na faixa entre R\$ 33 e R\$ 43. O prato frito grande para três pessoas, acompanhado de arroz e feijão sai ao custo de R\$ 50,00.

Uma refeição para até quatro pessoas composta por filé mignon, picante, papaio, arroz de sol, camarão grelhado e frango com azeite de feijão verde, arroz branco, berinjola, milho e batata frita fica em torno de R\$ 115.

Alguns dos restaurantes que estão montando na Praia dos Artistas custam entre R\$ 3 e R\$ 4,50. Na beira mar, um cocô verde custa entre R\$ 1 e R\$ 2, já os preços da grande de cerveja de 900ml nos restaurantes variam entre R\$ 4 e R\$ 8. Um refrigerante em lata custa por volta de R\$ 3,70 pelo de um litro e cobrados em torno de R\$ 7.



Jefferson Henrique, Tatiana e Vitória Pires, turistas potiguares passeando na praia.



Rodrigo Pires e Gergel, tendo passeio inesquecível com dromedários.



Eduardo Romero e a filha Geuziana tirando fotos em Natal cada um.



Suelma Azeiteiro, gerente da agência de turismo, mostrando mapas para a filha Suelly.

SEGRETIÁRIO DEFENDE O SETOR

Questionado sobre as opiniões de alguns turistas quanto ao preço das diárias em hotéis de Natal, o secretário estadual de Turismo Ray Guepar não concordou com as declarações de que Natal é um destino caro no que diz respeito à rede hoteleira e também à alimentação. Ele cita uma declaração dada na semana passada pelo superintendente da agência de turismo CTC, Vagner Patrício, de que "o turista de Natal tem as diárias mais baratas do Nordeste e não os que mais têm sofrido com ocupação e diárias médias baixas".

Com relação a preços de alimentação, Ray Guepar disse não saber exatamente uma média de valores, mas garante que é no mínimo três vezes mais barato que a alimentação em São Paulo, por exemplo.

No que diz respeito às declarações de turistas quanto à estrutura dos hotéis, ele disse: "Eu gostaria de hospedar nos hotéis com a mesma qualidade dos de Natal pagando a mesma diária em outros destinos. A hoteleira de Natal é considerada por todos como a melhor do Nordeste".

Para ele, um dos principais problemas enfrentados pelo Rio Grande do Norte é a falta de voos para o destino. Como secretário, ele diz que não se pode pensar em ocupar os voos que o estado tem perdido nos últimos anos. O primeiro passo para essa ocupação será dado com a possível retomada dos voos charter em função de uma mudança na legislação do Imposto Sobre Circulação (ICMS) no quesito de transporte (QVT), matéria que já está sendo discutida pelo governo.

Sobre a ocupação hoteleira em Natal, Ray Guepar diz que melhoraram bastante nos últimos meses, embora ainda não haja dados oficiais. "Telo sentimento que eu tenho está melhor do que um passado. Ainda assim, para ser considerado custo operacional o mês de janeiro, todos os hotéis têm que ter no mínimo 90% ocupação. E essa meta eu vou buscar".

DIÁRIAS DE HOTÉIS NA COSTEIRA

mas em Natal, mesmo de São Paulo capital. "Os preços dos hotéis eu acho muito altos, mas lá o melhor preço que eu encontro", afirma.

O advogado chegou à cidade no último dia 5 (segunda) e fica hospedado em um hotel na Via Costeira até o próximo dia 18. Os dias hospedados vão lhe custar por volta de R\$ 5 mil.

Além do preço, Rodrigo se disse insatisfeito também com a infraestrutura da cidade e com a distância dos hotéis para o aeroporto de São Gonçalo do Amarante. Para ele, a péssima qualidade da malha viária é o problema mais urgente a ser resolvido em Natal em termos de infraestrutura. "Isso errado, pagamos o aeroporto para 32 quilômetros longe da cidade, daí você tem que pagar taxi e o acesso até lá é péssimo", reclama.

Apesar das queixas, ele diz que a cidade melhorou bastante em quantos à infraestrutura desde a última vez em que esteve aqui, em 2012. Sobre o preço das passagens de buggy, Rodrigo não considera caro, uma vez que, segundo ele, "o preço do governo em Natal é um absurdo".

"Nada assim é um bom destino, porque problemas todos as cidades têm. Falam que o Rio de Janeiro é a cidade maravilhosa porque não conhecem Natal", destaca.

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 11.01.15

EDITORIA: RODA VIVA

TURISMO

O novo secretário estadual, Ruy Gaspar, quer elevar a participação do Turismo na economia do RN. Entre suas metas está elevar a ocupação hoteleira média para 60%, o que representará mais R\$ 360 milhões aos cofres do estado. Hoje a ocupação média está nos 50%, o que rende (aproximadamente) à economia do Estado R\$ 1,8 bilhão por ano.

/ MERCADO /

Bancos e elétricas ofuscam ganho da Petrobras, e Bolsa cai 2%

O PRINCIPAL ÍNDICE da Bolsa brasileira fechou ontem no vermelho, acompanhando o mau humor dos mercados internacionais, que repercutiram a piora no nível dos salários no mercado de trabalho americano em dezembro, apesar a criação de vagas ter superado as expectativas de analistas.

A forte queda das ações de bancos e do setor elétrico ampliou ainda mais a perda do Ibovespa, que encerrou o pregão em baixa de 2,21%, para 48.840 pontos. O volume financeiro foi de R\$ 5,209 bilhões. Mesmo com desempenho negativo no dia, o índice acumulou ganho de 0,68% na semana.

"O Ibovespa subiu 5,1% nos últimos três dias. Por isso, os investidores também aproveitaram para vender papéis e colocar dinheiro no bolso. Em nenhum momento desde novembro o Ibovespa conseguiu fazer mais que três dias seguidos de alta. O investidor entendeu que era hora de realizar lucros", disse Alexandre Wolwacz, diretor da Escola de Investimentos Leandro & Stormer.

O setor bancário, segmento com maior peso dentro do Ibovespa, teve queda. Na última quinta-feira (8), a agência de classificação de risco Fitch Ratings avaliou em relatório que os bancos podem ter que aumentar suas provi-

sões para empréstimos a companhias envolvidas na Operação Lava-Jato, da Polícia Federal, o que poderia prejudicar seus lucros.

Reportagem publicada pelo jornal "Valor Econômico" nesta sexta-feira mostrou que cinco grandes bancos (Bradesco, Itaú Unibanco, Santander, Banco do Brasil e HSBC) terão que explicar por que comunicaram apenas parte das operações financeiras suspeitas na investigação da Lava-Jato às autoridades.

"É um novo setor que pode ser prejudicado pelas denúncias da Lava-Jato. Há um risco de que essa operação da PF em andamento ainda afete negativamen-

te outros setores, o que amplia o sentimento de aversão ao risco entre os investidores", afirmou Wolwacz.

As ações do Itaú perderam 4,37%, para R\$ 34,77. O papel preferencial do Bradesco, sem direito a voto, recuou 4,34%, para R\$ 35,47. Já o Banco do Brasil cedeu 4,33%, para R\$ 22,54.

O Santander Brasil teve baixa de 3,03%, para R\$ 12,80, também afetado pela queda de mais de 14% de seu controlador espanhol, na Bolsa de Madri, após o Santander Espanha ter anunciado aumento de capital e corte em dividendos (parte do lucro distribuída aos acionistas).

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 11.01.15

EDITORIA: ECONOMIA

Gastos ficam acima de R\$ 1 mil

« MATERIAL ESCOLAR » Com o dólar e custos das matérias-primas em alta, itens que compõem a listas das escolas privadas da Grande Natal estão até 8% mais caros em relação ao ano passado

RICARDO ARAÚJO
Repórter

Os anos trodam, mas o vilão continua o mesmo. E, neste 2015, assombra ainda mais a bolsa dos pais com filhos matriculados em escolas da rede privada de Educação. Com o dólar e custos das matérias-primas elevados, além do reajuste salarial recentemente concedido pelo Governo Federal, os itens que compõem a lista de material escolar estão até 8% mais caros em relação ao ano passado. O levantamento, da Associação Brasileira de Fabricantes e Importadores de Artigos Escolares e Escritório (ABFAE) aponta, ainda, que a elevada incidência de tributos nos produtos onera ainda mais o valor final de cada artefato. No Rio Grande do Norte, o custo com a compra de material escolar nas séries iniciais do Ensino Infantil e Fundamental supera R\$ 1 mil. Nas livrarias, a diferença de valores entre os mesmos produtos chega aos 250%.

Este valor, porém, é facilmente acrescido quando somamos os dispendios com taxa de matrícula, uniformes escolares (sapatos, meias, shorts, regata e tênis), agenda escolar (agenda obrigatória e livros de uso pessoal do aluno (cadernos, lápis, canetas e borracha, por exemplo). Entre os itens de matrícula, livros didáticos, material escolar e fardamento, a estudante de psicologia Érika Dantas já gastou quase R\$ 2 mil com o filho de oito anos, que passará a estudar numa das mais tradicionais escolas religiosas de Natal. De acordo com o pai, o aumento das despesas com a mudança da escola e atendimento às exigências impostas, chegou aos 95%.

Para o casal, o maior aborrecido relacionado aos elevados gastos com Educação neste início de ano está relacionado ao fato de eles não terem tido a oportunidade de efetuar a compra dos livros adotados pela instituição de ensino fora de casa. "Nós pagamos R\$ 544,00 por seis livros didáticos. É extorsivo. A escola cobra, em outro momento, o material de engenho gráfico. Na listagem dos li-



Entre matrícula, livros didáticos, material pedagógico pelas escolas e fardamento, casal Érika e Rômulo gastou R\$ 2 mil com filho de 8 anos

ros requisitados para uso ao longo do ano letivo, há ainda, um parâmetro, cujo valor ainda não foi repaido pelo casal. Por um diagnóstico para uma criança de oito anos, Érika e Rômulo pagariam quase R\$ 60,00.

De acordo com o diretor do Procon da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (Procon/ALRN), Dari Dantas, nenhuma escola pode obrigar os pais ou alunos a adquirir os livros somente na escola. "Escola não é para vender mate-

rial escolar, mas conhecimento", assegura Marinho. Ele lembra que todos os pais recebem a lista para pesquisar os melhores preços e, nelas, não estão incluídos itens de higiene pessoal e uso coletivo.

Os custos com a compra dos livros do filho mais velho (economia aproximadamente 30% do salário do servidor público Samuel Góes). "Pensamos quase R\$ 900 em livros didáticos. Ainda compramos cadernos, canetas e livros paradidáticos", listou Góes.

Os custos com a compra dos livros do filho mais velho (economia aproximadamente 30% do salário do servidor público Samuel Góes). "Pensamos quase R\$ 900 em livros didáticos. Ainda compramos cadernos, canetas e livros paradidáticos", listou Góes.

Os custos com a compra dos livros do filho mais velho (economia aproximadamente 30% do salário do servidor público Samuel Góes). "Pensamos quase R\$ 900 em livros didáticos. Ainda compramos cadernos, canetas e livros paradidáticos", listou Góes.

« NÓS PAGAMOS R\$ 544 POR SEIS LIVROS DIDÁTICOS. É EXTORSIVO »

RÔMULO BOMBA
Engenheiro

« OS VALORES VARIAM MUITO ENTRE AS LIVRARIAS E A MELHOR SOLUÇÃO É PESQUISAR »

DARI DANTAS
Diretor do Procon da ALRN

Escolas adotam livros próprios

As escolas mais tradicionais do Rio Grande do Norte, cuja maioria se concentra em Natal, adotam sistemas próprios de alfabetização e ensino. Com isto, os livros didáticos ganham padronizações com a legislação das instituições de ensino e não são encontrados, na maioria, nas redes de livrarias. A medida, que leva a livre concorrência, é defendida pelo Sindicato das Escolas Particulares.

"No sistema, sai mais barato.

Nas livrarias, sai bem mais caro", afirmou o presidente da entidade, Alexandre Marinho. Ele frisou, ainda, que os pais conhecem os custos relativos aos livros didáticos, material escolar geral e demais dispendios antes da realização da matrícula, e, em decorrência desta prática, a matrícula é feita on-line. "A matrícula em determinada instituição de ensino é uma decisão dos pais ou responsáveis pelo estudante. E elas são feitas somente após acordo. Os

pais conhecem as regras", assegurou Marinho. Ele lembra que todos os pais recebem a lista para pesquisar os melhores preços e, nelas, não estão incluídos itens de higiene pessoal e uso coletivo.

Os custos com a compra dos livros do filho mais velho (economia aproximadamente 30% do salário do servidor público Samuel Góes). "Pensamos quase R\$ 900 em livros didáticos. Ainda compramos cadernos, canetas e livros paradidáticos", listou Góes.

SEJA UM VENCEDOR. SEJA NASSAU.

VESTIBULAR 2015

INSCRIÇÃO IMEDIATA

<p style="margin: 0; font-size: x-small; background-color: #0056b3; color: white; padding: 2px;">BLOCO CARIM NACIO</p> <p style="margin: 0; font-size: x-small; color: #0056b3;">GRADUAÇÃO Engenharia de Produção Engenharia de Materiais</p>	<p style="margin: 0; font-size: x-small; background-color: #0056b3; color: white; padding: 2px;">BLOCO LAGGA NINA</p> <p style="margin: 0; font-size: x-small; color: #0056b3;">GRADUAÇÃO Administração Pedagogia</p>
---	---

REGULA 1
Reajuste médio de preços supera a inflação

**VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE
FINANÇAS**

DATA: 11.01.15

EDITORIA: NEGÓCIOS E

Novos investimentos?

A presidenta Dilma Rousseff anunciou o lançamento do terceiro Programa de Aceleração do Crescimento (PAC3) e o segundo programa de investimento em logística. Desde 2007, foram duas edições do PAC, totalizando R\$ 1,6 trilhão em investimentos. O governo vai aprimorar os modelos de regulação e garantir a expansão do mercado privado de crédito de longo prazo. Por enquanto, a ordem é cortar o orçamento no que for possível, até o final de fevereiro.

ATRASO Várias obras do governo Federal poderão ser atrasadas com o ajuste fiscal determinado pela nova equipe econômica. No Nordeste, obras importantes como a transposição do rio São Francisco e a ferrovia Transnordestina estariam na lista dos cortes no orçamento.

Estímulo

O governo terá pouco espaço para estimular a economia em 2015, segundo economistas. No primeiro ano do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, a equipe econômica terá de lidar com uma série de desequilíbrios, que passam por problemas fiscais, inflação pressionada e baixo crescimento. Os números previstos pelos analistas econômicos justificam tal pessimismo com o cenário futuro.

Declaração

Guardar os recibos dos gastos realizados durante o ano e proceder o preenchimento dos dados antecipadamente pode ser decisivo para que os declarantes não caiam na malha fina na hora de registrar as deduções no Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), que deve ser feito até o fim do mês de março. A estimativa da Receita Federal para este ano é de um crescimento entre 3% a 5% sobre o número de declarações de 2014.

Gasto doméstico supera inflação

« MATERIAL ESCOLAR » Além das despesas para manter o filho na escola, famílias têm outras obrigações para cumprir no início do ano, como imposto predial, licenciamento do carro e a conta reajustada da luz

O gasto com material escolar é apenas um dos itens que pesam no orçamento familiar. Desde o 1º dia de janeiro entraram em vigor aumentos em impostos e tarifas que irão impactar o orçamento do trabalhador brasileiro. Do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), passando pelo material escolar, energia elétrica e gás de cozinha, a variação média foi de 9,65%. O percentual é, inclusive, maior que a inflação acumulada ao longo de 2014 e do aumento do salário mínimo concedido pelo Governo Federal no penúltimo dia do ano passado, de 8,83%.

Desde o 1º de janeiro, está em vigor uma nova cobrança na conta de energia elétrica de todos os brasileiros. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) publicou, no Diário Oficial da União em outubro passado, os procedimentos comerciais para a adoção do sistema de bandeiras de medição de geração e consumo de energia elétrica no país. Em meses em que a geração e consumo forem estáveis, a bandeira é verde. Quando as condições de geração foram adversas, serão adotadas as bandeiras amarela e vermelha.

Neste mês de janeiro, inclusive, está em vigor a vermelha, em decorrência da necessidade do acionamento das termelétricas para dar vazão ao consumo excessivo de eletricidade para



Pagamento de IPTU e compra de material escolar transformam janeiro no mês com maior peso no orçamento dos natalenses

a alimentação de aparelhos de ar condicionado e ventiladores, prioritariamente. Como a bandeira vermelha é a que está lastreada neste momento, cada consumidor pagará R\$ 3,00 a mais a cada 100 kilowatts-hora (kWh) utilizado. Nos meses em que a cor for amarela, a cobrança cai pela metade. Nos meses da tarifa verde, não haverá custo adicional. A nova modalidade de cobrança virá expressa na próxima conta de energia elétrica.

Além da energia elétrica, o proprietário de veículo automotor gastará mais com o pagamento do IPVA. No Rio Grande do Norte, o aumento foi de até 7%, variando de acordo com o modelo e ano de fabricação dos carros. O aumento do imposto foi baseado na variação anual da tabela de preços dos veículos formalada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e segue, em linhas gerais, o percentual da inflação, que encerrou 2014 em torno dos 6,5%,

segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Logo no início deste ano, donos de imóveis em todas as regiões administrativas de Natal deverão arcar com os custos do IPTU. A variação do valor entre 2014 e 2015 foi de 6,62% e, segundo a Secretaria Municipal de Tributação (Semut), o percentual referente à atualização que é reflexo da inflação acumulada ao longo de 2014 e tem por base o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-

E). Além do reajuste em 6,62%, serão aplicadas as taxas referentes à Coleta, Remoção, Transporte e Destinação do Lixo (Taxa do Lixo) e à contribuição de Iluminação Pública (Cosip), que é detalhada no carnê do IPTU.

Incidiará, ainda, sobre o novo valor do IPTU, um ajuste de 0,6% a 1%, referente à alíquota progressiva do imposto. Até o fim do ano, deverão ser arrecadados aproximadamente R\$ 88 milhões pela Semut através do pagamento do IPTU.

CONTAS

O que aumentou em 2015

- Salário mínimo - 8,83%. Salvo de R\$ 724,00 para R\$ 788,00;
- IPVA - 6% a 7%;
- IPTU - 6,62%;
- Gás de cozinha - 10% em dezembro do ano passado e 22% ao longo de 2014;
- Escolas privadas - até 15,5% para o ano letivo 2015;
- Material escolar - 8%;
- Energia elétrica - R\$ 1,50 a mais na bandeira amarela e R\$ 3,00 a mais na bandeira vermelha, sempre a cada 100 kWh consumidos.

A dona de casa sentirá, ainda mais pesado no seu bolso, o valor do botijão de gás de cozinha. Um dos itens que mais acumulou aumentos ao longo de 2014 no Rio Grande do Norte - 22% - está mais caro desde dezembro passado. Somente no mês que findou há poucos dias, foi registrado um aumento de 10%. O botijão de 13 quilos passou de R\$ 50,00 para R\$ 55,00. Nas escolas privadas, o percentual de aumento foi ainda maior - até 15,5%.

Atividade econômica concentrada

« TRIBUTOS » Rateio mostra que apenas seis municípios ficam com mais de 60% da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços no Rio Grande do Norte

Com atraso de uma semana em função da mudança de equipe, o Governo do Estado depositou no final do expediente da sexta-feira, o repasse de cerca de R\$ 14,2 milhões aos 167 municípios potiguares referentes à primeira parcela do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), cuja monta foi recolhida ainda no ano passado. A data inicial do repasse deveria ter sido 5 de janeiro, como costumava ser feito pela Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças (Seplan). Entretanto, em decorrência da mudança da Chefe do Executivo Estadual e adaptação da nova equipe de auxiliares governamentais, o prazo foi postergado. De 2014 para este ano, a variação positiva de repasse do imposto para alguns municípios chegou a 58,81%. Para outros, a queda registrada foi de até 25,77%.

Conforme previsão do Governo do Estado através da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2015, pouco mais de R\$ 4 bilhões deverão ser arrecadados a partir do ICMS ao longo do ano. O imposto é o principal alimentador dos cofres públicos estaduais, seguido pelo IPVA. Deste valor, algo em torno de R\$ 1 bilhão será rateado entre os municípios, o que corresponde a 25% do total recolhido. "Aos municípios menores, o repasse é de suma importância. O ICMS é a base geradora para o Fundeb (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica). Sem este repasse do ICMS, por menor que seja, a situação dos municípios seria ainda pior", relatou o presidente da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte (Femurn), Benes Leocádio.

A partir de 2009, com a

promulgação da Lei 9.377, conhecida como Lei de Robin Hood, os percentuais de repasse do ICMS aos municípios foi revisado. Até o ano de início da vigência da lei referenciada, o repasse era feito levando em consideração, apenas, a forma adicionada, que é aquela que calcula como determinada cidade contribuiu para o recolhimento do imposto no ano anterior. "Os grandes deixaram de receber um pequeno valor. Não houve uma perda significativa", assinalou Leocádio. É com o valor recebido através do imposto que muitas Prefeituras conseguem pagar o piso nacional dos professores atualmente.

O economista-chefe da Unidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/RN), José Aldemir Freire, esclareceu que a nova forma de divisão da distribuição beneficiou os municípios,

pois houve uma universalização. Dentro dos 25% divididos pelo Governo do Estado entre as cidades potiguares, 75% é referente à adição com base na contribuição no ano anterior; 5% no número de habitantes; 5% no território e 15% de forma igualitária. Ao longo de 2014, foram repassados R\$ 1,63 bilhão aos municípios através do recolhimento do ICMS pela Secretaria de Estado da Tributação (SET).

Mesmo com a mudança no modal de repasse, 60% do total do ICMS distribuído pelo Governo do Estado se concentra em seis municípios. Os outros 40% são rateados entre as 161 cidades potiguares restantes. A oscilação de percentuais de recebimento também muda a cada ano. Ao longo de sete anos, Natal deixou de receber algo em torno de 8% em ICMS.



Indústria do petróleo colocou Guararé em segundo no ranking do ICMS, superando Mossoró

ICMS 2014

Os maiores beneficiados

Natal	290.111.045	Macaíba	30.042.910
Guararé	111.832.629	Macaú	18.720.974
Mossoró	106.135.614	Caicó	13.336.161
Parnamirim	65.694.947	Arês	11.013.781

A distribuição dos ICMS entre os municípios se dá da seguinte forma:

- 25% - do total arrecadado e o percentual dividido pelo Governo do Estado entre as cidades potiguares;
- 75% - dentro dos 25% iniciais é distribuído de forma adicionada;
- 5% - dividido com base no número de habitantes;
- 5% - distribuído com base no território;
- 15% - de forma igualitária.

A saída de indústrias e dos tanques de estocagem da Petrobras no bairro de Santos Reis contribuíram para este cenário. Mesmo assim, a cada R\$ 4 repassados pelo Executivo Estadual aos

municípios, R\$ 1 é dirigido à capital, Natal.

"A queda em Natal não é negativa, de um todo. Equilibrou, na realidade, a distribuição entre os municípios", comentou o

economista-chefe do IBGE/RN.

Reduzido na capital, mas ampliado em Guararé, dentre outras cidades, o imposto é um dos responsáveis pela abundância de recolhimento de tributos pela Prefeitura local. Somente em 2014, a cidade recebeu R\$ 133 milhões através do ICMS. Acrescente-se ao valor outros R\$ 9 milhões pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e mais R\$ 34 milhões em royalties pagos pela Petrobras. "A instalação de refinarias e distribuidoras de combustível contribuiu para o avanço do percentual de Guararé", analisou Aldemir Freire. Em municípios menores como Baía Formosa, Baraúna e Bodó, por exemplo, o aumento no recolhimento se deve à instalação de empresas de moagem de cana de açúcar, à fábrica de cimento e exploração mineral, respectivamente.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 11.01.15

EDITORIA: ECONOMIA

Padilha admite concessões

« AEROPORTOS » Ministro avisa que governo vai trabalhar nesse sentido e especialistas citam Congonhas como o próximo na lista de privatizações

Porto Alegre (AE) - O ministro-chefe da Secretaria da Aviação Civil, Eliseu Padilha, admite que o governo federal poderá fazer novas concessões de aeroportos à iniciativa privada ainda em 2015. "Eu até me atreveria a dizer que será aberto algum leilão este ano, há estudos bem adiantados (para isso)", disse ele numa visita a Porto Alegre, na sexta-feira, diante da insistência dos repórteres que buscavam informações de um encontro que manteve como o governador José Ivo Sartori (PMDB) e depois de algumas respostas evasivas quanto a prazos.

Padilha não citou quais aeroportos poderiam entrar na lista, mas ao ser questionado sobre o Santos Dumont, no Rio de Janeiro, Congonhas, em São Paulo, e Afonso Pena, em São José dos Pinhais (PR), disse que o governo "vai trabalhar com um calendário para isso" e destacou que "a vontade da presidente (Dilma Rousseff) é incrementar (os leilões) dado o sucesso que a gente teve nas concessões".

Já foram repassados à administração da iniciativa privada os aeroportos de Guarulhos e Campinas, em São Paulo, Brasília, Galeão (Rio de Janeiro) e Confins (Belo Horizonte).

Na visita a Sartori, Padilha pediu que o Rio Grande do Sul se posicione quanto às alternativas para um terminal aeroportuário de grande capacidade para o Estado. O governador vai montar um grupo de trabalho para analisar as alternativas e a participação no projeto.



MARCELO CAMARGO/LIBRE

Em visita a Porto Alegre, ministro Eliseu Padilha prevê abertura de leilão ainda este ano

Embora não tenha tratado o assunto como uma questão fechada, o ministro deu a entender que o governo federal se inclina pela construção de um novo aeroporto, na região metropolitana de Porto Alegre, via parceria público-privada, como alternativa à ampliação da pista do Salgado Filho, de 2,3 mil para 3,2 mil metros, prevista há uma década e nunca iniciada.

A expansão do Salgado Filho ficaria limitada à ampliação do terminal de passageiros e do pátio para aeronaves, obras que já estão em andamento. O novo aeroporto já tem o nome de 20 de Setembro, data que evoca a Revolução Farroupilha, e terreno

identificado nos municípios de Nova Santa Rita e Portão, com capacidade para quatro pistas de 4 mil metros cada uma.

O empreendimento seria concedido à iniciativa privada, que construiria o novo aeroporto e passaria a operar os dois, podendo optar pelo tipo de uso que daria ao Salgado Filho e ao 20 de Setembro.

É certo que o novo aeroporto é o que teria capacidade para receber aviões cargueiros de grande porte e, com isso, se tornaria candidato a centro de despacho e chegada de cargas intercontinentais para todo o Mercosul.

Para Padilha, a decisão ficará entre investir mais R\$ 1,1 bi-

lhão no Salgado Filho ou fazer a concessão para o aeroporto atual e a construção e operação do novo sem gastar nada. "Se depender do nosso ministério, vamos fazer a concessão do Salgado Filho e vamos para o 20 de Setembro", revelou.

A decisão, no entanto, dependerá do governo do Rio Grande do Sul e da presidente Dilma Rousseff. "Nossa posição é sugerir", reiterou o ministro. "Mas vem cá, se eu não preciso gastar, por que vou gastar? Não precisa (gastar) e o mercado quer o aeroporto", prosseguiu, ressaltando sua preferência e prevenindo que até o final do semestre poderá se chegar a uma definição.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 11.01.15

EDITORIA: ECONOMIA

Dilma vai a Davos para reconquistar credibilidade

« FÓRUM ECONÔMICO » Viagem marcará ofensiva do Planalto para atrair investimentos e evitar rebaixamento por agências que monitoram riscos

Brasília (AE) - Aconselhada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a presidente Dilma Rousseff acertou sua ida ao Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, entre 21 e 24 de janeiro. A viagem marcará uma ofensiva do Palácio do Planalto para atrair mais investimentos, reconquistar a credibilidade da economia e evitar uma perda do grau de investimento concedido pelas agências internacionais de classificação de riscos. A passagem de Dilma por Davos, apurou o jornal "O Estado de S. Paulo", também servirá para apresentar a nova equipe econômica à elite do empresariado mundial - o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, deverá integrar a comitiva, além do presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, que a acompanhou em 2014.

No Planalto, avalia-se que Davos é uma vitrine indispensável em um momento crucial para o governo, que faz ajuste fiscal nas contas públicas na tentativa de retomar a trajetória de crescimento econômico. Esta será a segunda vez consecutiva de Dilma no fórum.

Em Davos, Dilma deve expor as linhas gerais de atuação do governo para garantir rigor fiscal e orçamentário, segundo auxiliares, além de vender o programa de concessões em portos, ferrovias e rodovias a investidores estrangeiros, ressaltando os esforços em reduzir os gargalos de infraestrutura no País. Mais uma vez, reiterar o convite a empresas de outros países



RICARDO STUCKERT

Sugestão do presidente Lula faz parte da estratégia para apresentar nova equipe ao mundo

para investir por aqui.

A escolha do novo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, visto como um nome de perfil mais agressivo na negociação de acordos comerciais, é outra cartada do Planalto para sinalizar os rumos do novo governo.

O Brasil é um dos mercados emergentes candidatos a um rebaixamento pelas principais agências de rating em 2015, na avaliação de economistas do banco Barclays. Na lista dos mais cotados para um corte na nota de crédito também estão a Rússia, África do Sul, Turquia, Ucrânia,

Sérvia, Gana, Nigéria, Angola, Mongólia e Bahrein.

Conforme decreto publicado na edição de quinta-feira do Diário Oficial da União, a presidente Dilma Rousseff e o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, limitaram a 1/18 (um dezoito avos) do projeto do Orçamento de 2015 o valor mensal das "despesas correntes de caráter inadiável" que poderão ser feitas pelos órgãos do Poder Executivo até a aprovação da Lei Orçamentária deste ano. A medida é mais um esforço na contenção de despesas. Antes, o governo anunciou medidas para tornar mais

rigido o acesso a benefícios previdenciários e trabalhistas - espera-se uma economia de cerca de R\$ 18 bilhões por ano.

No discurso de posse, Dilma destacou que as mudanças que pretende implantar no segundo mandato "dependem muito" da estabilidade e da credibilidade da economia. "Sempre orientei minhas ações pela convicção sobre o valor da estabilidade econômica, da centralidade do controle da inflação e do imperativo da disciplina fiscal, e a necessidade de conquistar e merecer a confiança dos trabalhadores e dos empresários".

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 11.01.15

EDITORIA: GERAL

IRPF acumula defasagem de 64,3%

« TRIBUTOS » Pelo quinto ano seguindo, correção da tabela do imposto de renda pessoa física fica abaixo da inflação oficial, segundo cálculo do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal

São Paulo (AE) - A tabela do Imposto de Renda (IR) aprofundou ainda mais a defasagem em relação à inflação. O reajuste anual de 4,5% das faixas de cobrança não foi suficiente para compensar o avanço do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que fechou 2014 em 6,41%. Trata-se do quinto ano consecutivo de correção abaixo da inflação. Com esse novo aumento na discrepância, o imposto passou a acumular uma defasagem de 64,28% desde 1996, ano em que a tabela foi convertida de unidades fiscais para o real. Os cálculos foram feitos pelo Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional) a pedido do jornal "O Estado de S. Paulo".

"Esse descompasso vai trazendo pessoas com salários cada vez menores para dentro da base de contribuição", observa o vice-presidente do Sindifisco Nacional, Mário Pinho. De acordo com a consultoria EY (anti-ga Ernst & Young), a isenção do tributo beneficiava quem recebia até oito salários mínimos em 1996 - relação que despençou para 2,47 em 2014.

Esse movimento também se deve, em parte, aos aumentos acima da inflação aplicados ao salário mínimo nos últimos anos. Em 2014, houve um reajuste de 6,78% no piso nacional



Ação proposta pela Ordem dos Advogados para reajustar tabela pela IPCA terá como relator no Supremo o ministro Roberto Barroso

das remunerações, contra uma correção de 4,5% do IR. Já em 2015 houve uma alta de 8,8% nos salários, ante uma correção ainda incerta das faixas do tributo.

Isso porque o ajuste da tabela segue indefinido neste ano e pode ficar novamente abaixo do IPCA. Em dezembro, o Senado aprovou um reajuste de 6,5%, o teto da meta de inflação, mas o

Palácio do Planalto defende uma correção menor, de 4,5% ou o centro da meta. Uma Medida Provisória com essa redação chegou a ser editada pela presidente Dilma Rousseff em 2014, mas um embate entre base e oposição fez com que ela perdesse a validade. Agora, a única forma de barrar essa correção, considerada muito alta pelo Planalto, é pelo veto

de Dilma, que pode ser anunciado nos próximos dias.

O estudo dos auditores fiscais mostra que a defasagem crescenteniza, sobretudo, os contribuintes de mais baixa renda. Quem ganha até R\$ 2.936,94 por mês deveria ser isento de IR, de acordo com os cálculos, mas acaba sendo tributado atualmente pelas alíquotas de 7,5% e 15%.

O coordenador do departamento de Economia da PUC-RS, Milton Stella, avalia que a natureza distributiva do imposto está sendo prejudicada e sugere mudanças. "A alíquota máxima no Brasil, de 27,5%, é uma das menores do mundo. Um maior número de faixas de contribuição possivelmente auxiliaria no alívio da justiça fiscal", afirma.

O economista José Roberto Afonso, do Ibre-FGV, alerta que o debate sobre a progressividade do Imposto de Renda é mais extenso e que, além da base, é necessário olhar para o topo. Segundo ele, parte das rendas mais altas tem escapado da tabela progressiva do tributo por conta do crescente número de pessoas que se "transformam" em empresa. Ou seja, pessoas físicas que acabam pagando imposto como pessoas jurídicas. "Tem muitas rendas, como a financeira, que não vão para o IR", afirma.

Na visão de Afonso, o sistema atual de deduções é regressivo, uma vez que os ricos conseguem fazer mais abatimentos do que os pobres. "Quanto mais rico, mais usa escola e saúde privadas, além de ter mais acesso às informações sobre a declaração", diz o economista.

O Sindifisco Nacional enviou ao Congresso um projeto que prevê a correção integral da tabela ao longo de dez anos. Já a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) tem atualmente dois processos sobre o tema correndo no Supremo Tribunal Federal. Um, sob relatoria do ministro Luís Roberto Barroso, pede que a tabela seja corrigida pelo IPCA. Outro, nas mãos da ministra Rosa Weber, quer que, assim como a saúde, os gastos com educação sejam integralmente dedutíveis.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 10.01.15

EDITORIA: ECONOMIA

Produtos da cesta básica baixam de preço em Natal

« CUSTO DE VIDA » Redução de preços de itens como leite, feijão, açúcar e farinha puxa para baixo a cesta de alimentos de quem ganha mínimo

Natal foi a única capital a registrar queda no preço de cesta básica em 2014. Os dados são do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) que divulgou ontem o resultado anual da pesquisa realizada em 18 capitais brasileiras. A cesta básica é ainda a terceira mais barata do país, atrás de Salvador e Aracaju. De acordo com o Dieese, o valor acumulado da cesta básica caiu 1,70% em Natal se comparado com 2013. O valor médio na capital potiguar é de R\$ 268,71, sendo a terceira mais barata. Apenas Salvador (R\$ 267,82) e Aracaju (R\$ 245,70) ficam à frente neste quesito.

Em três delas, o aumento de preços dos alimentos atingiu dois dígitos: Brasília, onde a cesta ficou 13,79% mais cara; Aracaju (13,34%) e Florianópolis (10,58%). Entre novembro e dezembro, os dois maiores aumentos foram anotados no feijão carioca (17,58%), no tomate (11,62%), na farinha de mandioca (7,87%) e na banana (7,69%). Óleo de soja (1,99%), carne bovina (1,61%) manteiga (1,57%) e pão (1,29%) subiram abaixo do percentual verificado na cesta (3,78%). Houve recuo no valor do leite in natura integral (-1,28%), café em pó (-0,94%), arroz (-0,77%) e açúcar (-0,59%).

Em dezembro de 2014, o trabalhador natalense remunerado pelo salário mínimo comprometeu 81 horas e 39 minutos de sua jornada mensal para adquirir os gêneros essenciais, tempo inferior às 88 horas e 42 minutos exigidas no mesmo período de 2013. Em novembro de 2014, a jornada comprometida foi um pouco menor, já que naquele mês eram necessárias 78 horas e 41 minutos.

Quando se compara o custo da cesta e o salário mínimo líquido, ou seja, após o desconto referente à Previdência Social, a relação era de 40,34% em dezembro de 2014, 41,04% em igual mês de 2013 e 38,87%, em novembro último.

Em dezembro, a jornada de trabalho necessária para a compra dos alimentos essenciais por um trabalhador remunerado pelo salário mínimo, na média das capitais pesquisadas, foi de 93 horas e 39 minutos, maior do que o tempo exigido em novembro (91 horas e 44 minutos). Em



Nos supermercados, os preços ficaram mais em conta nas seções de frutas, verduras e cereais

Cesta Básica em Natal

Valor, variação de preços e relação com o salário mínimo

EVOLUÇÃO DE PREÇOS 2014

Os maiores aumentos de 2014

Brasília	13,79%
Aracaju	13,34%
Florianópolis	10,58%
Goiânia	9,66%
São Paulo	8,24%

Os menores aumentos de 2014

Fortaleza	2,53%
Campo Grande	2,36%
Belo Horizonte	1,22%
Salvador	1,01%
Natal	-1,70%

VARIAÇÃO DE PREÇOS EM 12 MESES

Aumentou

Carne	13,15%
Arroz	14,52%
Pão	7,29%
Café	9,95%

Baixou

Leite	-12,46%
Feijão	-5,96%
Farinha	-26,44%
Tomate	-10,16%
Banana	-23,53%
Açúcar	-12,44%
Óleo	-2,85%
Manteiga	-0,83%

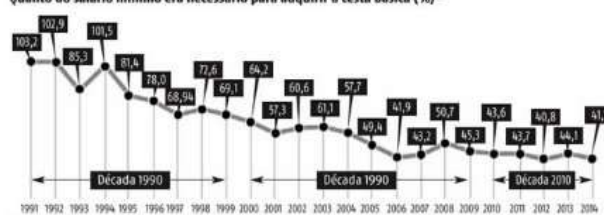
268,71

era o valor da cesta básica em Natal, no mês de dezembro de 2014.

3,78%

foi quanto a cesta básica aumentou em Natal no mês de dezembro.

Quanto do salário mínimo era necessário para adquirir a cesta básica (%) *



(*) Percentual líquido, isto é, já descontada a contribuição do INSS

dezembro de 2013, a jornada exigida foi superior, já que naquele mês foram necessárias 94 horas e 47 minutos.

De acordo com a pesquisa do Dieese, tirando a carne que subiu 13,15% nos últimos doze meses; o arroz (14,52%) e pão francês (7,29%) e o café (9,95%), os preços dos demais produtos que

compõem a cesta básica encolheram. A farinha de mandioca, item importante na alimentação dos nordestinos, teve a maior queda de preços: 26,44%, a banana vem logo em seguida (23,53%). Até o tomate, que se tornou símbolo da inflação em 2013 e que experimentou um sobe-e-desce de preços no ano passado, fechou 2014

mais em conta.

Com a cesta básica valendo 41,08% do valor do salário mínimo, eram necessárias 82 horas de trabalho em 2014 para adquirir seus produtos. Em 1994 eram necessárias 206 horas. Até a implantação do real, em 1994, o salário mínimo era insuficiente para comprar a cesta de produtos.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 10.01.15

EDITORIA: ECONOMIA

Elétricas buscam aumento

« ENERGIA » Reajuste extraordinário de tarifas, de 26%, é uma das saídas para dívida das empresas, que precisam de R\$ 2,5 bilhões

Brasília (AE) - A solução para a dívida bilionária do setor elétrico passa por um novo empréstimo às empresas de eletricidade e pelo reajuste extraordinário das tarifas ao consumidor, defendeu o presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Nelson Leite. O empréstimo, segundo ele, resolveria o problema dos gastos das distribuidoras com a compra de energia em novembro e dezembro do ano passado, que deve atingir R\$ 2,5 bilhões. E o reajuste extraordinário serviria para solucionar estruturalmente as necessidades financeiras do setor em 2015.

Sem o empréstimo, a conta de luz dos consumidores brasileiros teria de subir 26% em um único mês, para arrecadar o volume de R\$ 2,5 bilhões, necessário para quitar os gastos com a compra de energia no fim do ano passado. Em seguida, a tarifa cairia novamente. Essa alternativa é "praticamente inviável", avalia Leite.

O setor defende que o novo financiamento, em negociação pelo governo com os bancos públicos, seja pago conforme o modelo já usado nos empréstimos anteriores: em dois anos, por meio de um reajuste mais ameno e diluído nas tarifas de energia. A Agência Nacional de Energia Elétrica

(Aneel) informou que o empréstimo de R\$ 17,8 bilhões já aprovado terá impacto de 8% nas tarifas a partir deste ano, até 2017. As bandeiras tarifárias, que repassam de forma imediata o custo da energia das usinas térmicas para os consumidores, e a queda do preço da energia no mercado de curto prazo (PLD) não serão suficientes para impedir mais um buraco nas contas das empresas em 2015.

O novo rombo seria causado pelo aumento da energia de Itaipu, de 46%, válido desde 1.º de janeiro e pelos gastos do fundo setorial Conta de Desenvolvimento Energético, responsável por programas como o Luz para Todos. Com

a provável redução dos aportes do Tesouro Nacional ao fundo, o gasto deverá ser pago pela tarifa dos consumidores.

As distribuidoras de energia deverão entrar com pedidos de reajustes extraordinários, além dos processos anuais, nas próximas semanas. Se aprovados, as novas tarifas terão impacto a partir de março. O executivo não estimou o tamanho desse aumento, adicional ao processo tarifário normal, que prevê um reajuste anual, conforme o calendário da Aneel. "O reajuste não será linear para todo o setor porque cada distribuidora terá uma necessidade diferente de aporte de recursos."

**VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE
FINANÇAS**

DATA: 10.01.15

EDITORIA: NEGÓCIOS E

Inflação 'gostou' no teto

Em 2014, a inflação oficial no Brasil preferiu ficar perto do teto da meta, fazendo dali o "minha casa, minha vida", para desespero das famílias de baixa renda que passaram o ano reclamando da carestia. Fechou 2014 em 6,41%, ainda dentro do limite máximo da meta do governo (6,5%). Em 2013, a alta dos preços tinha sido de 5,91%, também dentro do limite máximo. Só em dezembro passado, os preços subiram 0,78%, uma aceleração em relação aos 0,51% de novembro.

META O objetivo do governo é manter a inflação em 4,5% ao ano, o centro da meta. Se passar do teto, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, é obrigado a fazer uma carta aberta explicando o motivo do descumprimento da meta. Mas, o BC adota o critério da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) para arredondar a segunda casa após a vírgula – até quatro, o arredondamento é para baixo; acima de 5 e inclusive, para cima.

Combustíveis

A Petrobras lembra que sua política de preços visa não repassar a volatilidade dos preços internacionais ao mercado doméstico, seja quando os valores internacionais estão em elevação, seja quando estão em declínio. Até o momento não há decisão quanto ao reajuste no preço da gasolina e do diesel. Mas, em Natal, os preços subiram novamente em vários postos de combustíveis nos últimos dias.

Imposto

Na próxima segunda-feira (12), a Prefeitura de Natal vai engodar o caixa com a entrada da primeira parcela ou a cota única do IPTU. Arrecadação própria que daria para executar algumas obras que a cidade ainda espera, como a pavimentação ou tapa-buracos de algumas vias, além de melhorar o atendimento nos postos de saúde e concluir obras como a urbanização das praias.

EMPREGO Termina na próxima segunda-feira (12), o prazo para inscrição no processo seletivo da Petrobras Distribuidora para preenchimento de 47 vagas, em cargos de nível médio e superior, e formação de cadastro de reserva. As provas acontecerão no dia 8 de março. A remuneração varia entre R\$ 3.095,97 e R\$ 8.866,74. O edital está disponível no Portal BR (www.br.com.br/rh) e no site da Fundação Cesgranrio (www.cesgranrio.org.br).

Taça de juros é nossa

O juro médio do País é o mais elevado em dois anos. O vilão é o cheque especial, que, apesar de representar uma fatia pequena do total de crédito, influenciou o resultado por ter juro muito elevado. A tendência para os próximos meses é de encarecimento dos financiamentos, ainda que o nível de calote esteja na mínima histórica. Tem banco – pior do que agiota – cobrando mais de 8% em refinanciamento (parcelamento da dívida). Neste caso é melhor o devedor pegar um empréstimo no consignado e quitar a dívida do cartão. A nova equipe econômica já sinalizou e vem tomando as "providências iniciais" que um dos instrumentos a ser usado para controlar a inflação será o juro alto.

TRIBUTAÇÃO A burocracia tributária, a falta de comunicação com o departamento de contabilidade, e uma administração precária do departamento financeiro são os principais fatores que afetam a gestão das pequenas e médias empresas (PMEs) no Brasil. É o que mostrou uma pesquisada realizada pela plataforma Nibo (www.nibo.com.br), especializada em gestão financeira para PMEs, com 300 gestores de pequenas e médias empresas em todo o país. De acordo com o levantamento, 70% das empresas com menos de 50 funcionários não recebem qualquer tipo de relatório, como demonstração contábil, do seu escritório de contabilidade. O percentual é de 47% quando se trata de empresas com mais de 50 empregados.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 10.01.15

EDITORIA: ECONOMIA

Inflação fecha dentro da meta

«CUSTO DE VIDA» Depois de seis meses de expectativas, índice de Preço ao Consumidor Amplo fecha abaixo do teto da meta de 6,5% para alívio do governo, que agora terá novas diretrizes econômicas

Rio (AE) - Após seis meses fiertando com o estouro do teto da meta estipulada pelo governo, de 6,5%, a inflação acumulada em 12 meses finalmente arrefeceu e encerrou 2014 dentro do limite de tolerância, aos 6,41%, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mas os preços continuam pressionados. Seis das 13 regiões pesquisadas tiveram resultados acima de 6,5%. No Rio de Janeiro, a alta foi de 7,60%, pressionada por aumentos em emprego doméstico, refeição fora e aluguel residencial. "No caso do Rio, pode-se atribuir ao período de Copa (do Mundo). É uma cidade turística em que há possibilidade de repasse de preços, tendo em vista que a demanda é bastante alta", avalia Eulina Nunes dos Santos, coordenadora de Índices de Preços do IBGE.

No último mês do ano, as passagens aéreas dispararam, com alta de 42,53%, principal contribuição para a taxa de 0,78% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de dezembro. Os aumentos nas carnes e na refeição fora de casa também ajudaram a impulsionar a inflação. Juntos, os três itens responderam por quase metade do IPCA do mês.

"A tendência é que a inflação ainda fique bastante pressionada nos próximos meses pelos alimentos, por uma questão sazonal de pressão do clima, e pelas revisões

tarifárias, como reajustes nos transportes públicos. O IPCA volta a superar o teto da meta em janeiro. Essa nova equipe econômica não vai ter alívio no cenário", apontou o economista Thiago Biscuola, da RC Consultores.

Em janeiro, o IPCA deve disparar a 7,11% no acumulado em 12 meses, diante de uma inflação de 1,22% no mês, prevê a Tendências Consultoria Integrada. "A aceleração do indicador deve refletir o intenso avanço do grupo Habitação, que irá captar a alta de 8,8% esperada para o item energia elétrica", citou Adriana Molinari, da Tendências, cuja projeção contempla ainda impactos dos reajustes de ônibus urbano.

O IBGE confirma que os aumentos em produtos e serviços administrados devem fazer a inflação começar 2015 já pressionada. Itens com peso relevante no orçamento das famílias já tiveram os preços reajustados. "Nesse primeiro mês do ano, vários itens administrados já sofreram aumentos: a taxa de água e esgoto, transportes, energia elétrica, ônibus urbano de regiões importantes. Então, nesse mês de janeiro, o brasileiro vai pagar mais caro por vários itens de consumo", ressaltou Eulina.

A inflação absorverá também aumentos já efetivados de ônibus intermunicipal, táxi e cigarros. No caso da conta de luz, além dos



Tombini: a autoridade monetária fará o que for necessário para manter a inflação sob controle

reajustes concedidos, entrará em vigor o sistema de bandeiras tarifárias, que repassa ao consumidor o aumento nos custos de geração pelo acionamento de usinas térmicas devido a problemas climáticos, como a falta de chuvas. A estiagem prolongada que em 2014 afetou, sobretudo, a região Sudeste do País, teve forte influência sobre a inflação oficial.

Houve impactos relevantes nos alimentos e na tarifa de energia elétrica. "A seca prejudicou tanto o abastecimento de energia quanto as lavouras", disse

Enlina.

As carnes, que tiveram as pastagens afetadas pela estiagem, subiram 22,21% em 2014. Já a tarifa de energia aumentou 17,06%. Os itens puxaram os gastos com alimentação e habitação, despesas que mais pesaram no bolso dos consumidores.

Os problemas climáticos são apontados como a principal explicação para os alimentos terem dobrado de preço na última década. A alta de 99,73% ficou muito acima da taxa de inflação no período, de 60,34%.

Banco Central finalmente acerta o IPCA de 2014

São Paulo (AE) - Depois de dois anos de previsões e cenários mais otimistas, o Banco Central acertou o resultado da inflação para 2014. A projeção do BC era de que o IPCA fecharia o ano passado em 6,4%, o que ficou em linha com o resultado divulgado nesta sexta-feira, 9, pelo IBGE, de 6,41%. A última vez que a autoridade monetária tinha acertado o valor havia sido em 2011, quando o indicador oficial de custo de vida fechou em 6,5%. Nos dois anos seguintes, a instituição errou, desenhando um cenário melhor em mais de um ponto porcentual.

Agora, a autoridade monetária adota um tom mais realista na sua comunicação e tem admitido que a inflação, em 2015, será resistente. A despeito disso, o BC garante que fará o necessário para ainda este ano dar início a um período de longo declínio do IPCA.

A previsão oficial do Banco Central, que consta no último Relatório Trimestral de Inflação, ainda não mostra o IPCA em 4,5%, mas pelo menos evidência o movimento de "longo declínio" projetado pela diretoria da instituição.

NÚMEROS

6,41%

foi a inflação de 2014, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo, segundo divulgou ontem o IBGE

0,78%

foi a inflação de dezembro e expectativa é de que seja ainda mais alta em janeiro



Joaquim Levy: entrevista com internautas no facebook

Levy prevê inflação no centro da meta só em 2016

Brasília - Após o anúncio oficial do índice de inflação, praticamente no limite da meta de 6,5%, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, previu ontem um início de 2015 com o IPCA mais alto por causa dos reajustes de preços em setores como educação e transportes. Em bate-papo com internautas, Levy disse que o governo pode ajudar a trazer a inflação para níveis mais confortáveis se reduzir os gastos públicos e reforçar o cenário traçado pelo Banco Central de que inflação fechará 2015 abaixo do teto, mas só convergirá para o centro da meta (fixado em 4,5%) no fim de 2016. "Para a gente segurar a inflação é preciso que o governo não gaste demais. Se a gente fizer isso agora, vamos poder ter a inflação caindo no ano que vem", disse aos internautas no Facebook.

Apesar do tom informal, Levy reforçou o discurso de ajuste fiscal e redução de subsídios do governo ao afirmar que é preciso gastar menos que arrecada e que empréstimo barato, subsidiado pelo governo, só em situações especiais. "Empréstimo barato também é pago pelo contribuinte", disse. "Tudo que o governo dá, é pago pelo contribuinte. Então, a gente tem que ter muito

cuidado em como usa o dinheiro, para garantir que as pessoas certas, às quais a lei dá o direito, sejam as que receberão os benefícios que precisam". Entre as medidas de ajuste já anunciadas, o governo elevou as taxas de juros das linhas de financiamento do BNDES que contam com subsídio do Tesouro Nacional.

Levy também deu sinais de que haverá elevação de tributos em um segundo momento do ajuste fiscal. "A gente provavelmente terá que pensar em rebalancar alguns impostos, até porque alguns foram reduzidos há algum tempo. Essa receita está fazendo falta. Mas, se houver alguma mudança, vai ser com cuidado e depois de a gente esgotar outras possibilidades". E disse que o governo está tentando acertar as coisas antes de entrar numa crise. "Estamos podendo consertar o telhado em dia de sol."

Levy admitiu que se o governo tiver que "ficar aumentando imposto" para conter o endividamento público "vai ser mais difícil a economia melhorar". Por isso, destacou a importância de o governo gastar menos do que arrecada. O ministro evitou responder quais impostos podem ser elevados. Não respondeu perguntas sobre a volta da CPMF.

Ao fim de 2016, quando termina o chamado horizonte relevante para a política monetária, o custo de vida estará em 5% - ainda 0,5 ponto percentual acima do centro da meta. Esse dado, no entanto, pode ser revisado, para cima ou para baixo, a depender do andamento da economia.

Carlos Thadeu de Freitas, ex-diretor do BC e atual economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC), avalia que o Banco Central está mais realista para o segundo mandato da presidente Dilma Rousseff. "O mais importante é o relatório de inflação publicado no ano passado, quando ele disse que o IPCA vai chegar no centro da meta em 2016. Isso é uma boa dose de realismo", afirmou.

O economista disse ainda que o BC não pode celebrar o fato de a inflação do ano passado ter ficado em 6,41%, abaixo do teto da meta, mas muito próximo do limite de tolerância de 6,5%. "O BC não pode comemorar se tem uma inflação muito longe do centro da meta. No entanto, apesar disso e de todos os problemas do ano passado, pode-se dizer que ele fez um trabalho satisfatório. Ele se ajustou à conjuntura e saiu com um saldo positivo", argumentou.

Para André Perfeito, economista-chefe da Gradual Corretores, as variáveis que a autoridade monetária trabalha são mais complexas e por isso há risco de erro nas previsões. "Em alguma medida, não é que ele vai ser mais realista, o grau de complexidade é muito grande, diferente das previsões de PIB que o ministro Mantega (ex-ministro Guido Mantega) fazia", disse.

O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, disse ontem que a autoridade monetária fará o que for necessário para manter a inflação dentro da meta do governo. "Embora a inflação tenda a mostrar resistência no curto prazo, o Banco Central reafirma que irá fazer o que for necessário para que este ano a inflação entre em longo período de declínio, que a levará à meta de 4,5% em 2016", disse.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 10.01.15

EDITORIA: E-TURISMO

Pelas Ruas de Natal

Natal ganhou na semana passada um interessante projeto, a cargo da Criative Turismo de Experiência, da turismóloga Bartista Seixas: "Pelas Ruas de Natal". Com o objetivo de impulsionar o turismo histórico-cultural da capital potiguar, o programa será realizado sempre de quinta a sábado neste mês. As caminhadas têm participação máxima de 25 pessoas, para que todos possam captar as explicações detalhadas. A autora do projeto comenta ainda que, na verdade, há dois roteiros, que contemplam a Cidade Alta e a Cidade Baixa. Um deles foca no Centro Histórico de Natal através da arquitetura, desde o período Colônia, passando pelo episódio da Intentona Comunista. Vivencia também a gastronomia do Beco da Lama. A outra caminhada liga a Ribeira às Rocas, com detalhes que vão da Belle Époque à Segunda Guerra Mundial. Termina com passeio de catamarã no Rio Potengi.

Femtur mobiliza o RN

Vários municípios com vocação turística já estão confirmando presença na Feira dos Municípios e Produtos Turísticos do RN, a Femtur, que se realizará paralelamente ao 6º Fórum de Turismo do RN, em 19 e 20 de março, no Centro de Convenções de Natal. A feira terá lounges institucionais e área de negócios de órgãos de fomento ao turismo po-

tiguar, além de espaços para entidades de classe. Os stands comerciais serão ocupados por destinos turísticos dos cinco pólos do RN (Costa das Dunas, Agreste-Trairi, Serrano, Costa Branca e Seridó) e produtos nos segmentos meios de hospedagem, passeios e gastronomia, assim como por empresas fornecedoras e agregadas ao setor de turismo.

O marketing das Chiquititas

O diretor do Núcleo de Novelas do SBT, Reinaldo Boury, encaminhou recentemente ao secretário de Turismo de Natal, Fernando Bezerril, o material promocional da novela "Chiquititas", que mostrará vários atra-

tivos turísticos potiguares durante dez capítulos, em abril. A mídia impressa nacional especializada em televisão divulgará o fato durante o mês de março, o que se traduz em marketing ampliado para o destino Natal.

BATE PAPO

Ruy Gaspar

secretário de Turismo do RN

Por que você aceitou este desafio?

Aceitei por acreditar que o governador Robinson fará uma administração austera, comprometida com a recuperação do turismo e pelo desafio pessoal de resgatar os áureos tempos do turismo no nosso estado. Sempre disse que havia muita coisa a ser feita pelo turismo, sempre esquecido por seus antecessores. Sempre reclamei e se na hora em que sou chamado não aceitasse o desafio seria no mínimo um covarde!

Você tem planos para trabalhar sem a dotação orçamentária que o turismo potiguar merece?

Quando comecei no Ocean Palace éramos um hotel cinco estrelas com orçamento de duas e soube trabalhar para fazer hoje um hotel de empresa familiar respeitado no Brasil e internacionalmente. Mas, obviamente, não se promove e se faz divulgação de um produto sem dinheiro. E todos nós sabemos muito bem disso.

Três focos de sua gestão, por or-

dem de importância:

Minha especialidade é comercial e marketing. Portanto, vou atrás de voos e de turistas para o RN, tanto no mercado nacional quanto no internacional, e com o conhecimento que possuo há mais de 18 anos. Vou selecionar pessoas capazes e comprometidas na nossa administração e faremos duas obras que considero importantíssimas para o fortalecimento do nosso destino: a ampliação do Centro de Convenções de Natal e a estrada duplicada de Goianinha a Pipa. Há outros sonhos também, mas irei focar primeiramente nestes dois.

O que um setor sempre tão esquecido pelo poder público no RN, como o turismo, pode esperar do governo Robinson Faria?

O governador já começou dando exemplos na formação de sua equipe, com pessoas de perfil técnico no seu secretariado, além de ter reiterado diversas vezes que no seu governo o turismo será tratado com a devida importância que merece.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 10.01.15

EDITORIA: ECONOMIA

GOVERNO DEVE ELEVAR ALGUNS IMPOSTOS, DIZ LEVY

/ FISCAL / NOVO MINISTRO DA FAZENDA, EM ENTREVISTA PELO FACEBOOK, DIZ QUE ALGUNS IMPOSTOS "ESTÃO FAZENDO FALTA"

O MINISTRO DA Fazenda, Joaquim Levy, afirmou na manhã de ontem que o governo "provavelmente terá que pensar em rebalancear alguns impostos, até porque alguns foram reduzidos há algum tempo", durante conversa com internautas.

Segundo Levy, a receita de impostos que foram reduzidos "está fazendo falta". "Mas, se houver alguma mudança, vai ser com cuidado e depois de a gente esgotar outras possibilidades."

"Estamos no caminho certo, e dessa vez a gente está tentando acertar as coisas bem antes de estar numa crise. Como diz um amigo meu, estamos podendo consertar o telhado em dia de sol", defendeu.

Em tom informal, o ministro sugeriu que os brasileiros também façam sua parte, trabalhando "com o máximo de qualidade" e aumentando a produtividade, para que não sejam necessários mais aumentos de imposto.

"Se as despesas crescerem e a gente se endividar, ou ficar aumentando imposto, vai ser mais difícil a economia melhorar", disse.

Levy comentou que a inflação de 2014 de 6,41%, divulgada hoje pelo IBGE, ficou dentro do combinado, "apesar de todos os desafios".



IANO ANDRADE / PORTAL BRASIL

► Levy falou da necessidade de fazer os ajustes antes de uma nova crise

A inflação em janeiro deve ser um pouco mais alta do que de outros meses do ano, em função dos reajustes das mensalidades escolares, IPTU, tarifas de ônibus, entre outras, informou o ministro.

"Além disso, para a economia voltar a crescer, temos que fazer algumas arrumações e isso pode mexer em alguns preços. Os economistas chamam isso de mudança nos preços relativos e ela é importante para acomodar a economia em um novo caminho de crescimento", defendeu.

É esperada a alta no preço da energia elétrica, por exemplo, que foi represado por muito tempo pelo governo para conter a alta da

inflação.

Levy afirmou que, se o governo "não gastar demais", a inflação pode se encaixar no centro da meta estabelecida pelo governo, que é de 4,5% ao ano, em 2016.

A conversa aconteceu pelo Facebook, na página Portal Brasil, administrada pelo Palácio do Planalto. Levy respondeu a oito perguntas, e deu prioridade a explicações sobre cortes em gastos e restrições a benefícios sociais, medidas recentemente adotadas para reequilibrar as contas públicas.

Ele falou que houve correção de distorções, "que acabam fazendo você pagar por despesas com alguém, por exemplo, que come-

ça a receber pensão de viúvo ou viúva aos 25 anos de idade, e vai continuar recebendo esse dinheiro do governo, talvez por mais de 50 anos".

"Não faz sentido esse desperdício com o dinheiro do povo. Além disso, o governo diminuiu o volume de empréstimos com juros baratos para algumas empresas. Empréstimo barato também é pago pelo contribuinte e tem que ser dado só em situações muito especiais", disse.

Ele garantiu que o valor da aposentadoria continuará sendo corrigido pela inflação e que não haverá mudanças no seguro por invalidez.

CHICAGO BOY

Questionado por um internauta se ele se considera um "Chicago boy", em referência à liberal Escola de Chicago, onde Levy se graduou PhD, ele disse que alguma das reformas propostas por esses economistas na década de 1970 deram muito certo, "outras nem tanto".

"Mas essa universidade tinha um professor que dizia uma frase que ficou muito conhecida, e que a gente sabe que tem seu grão de verdade: 'Ninguém come realmente de graça', disse, em referência a Milton Friedman, expoente da escola.

JOAQUIM DRIBLA INTERNAUTAS EM BATE PAPO NA REDE SOCIAL

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, passou uma hora e meia diante do computador, ontem, para responder a 8 das mais de 400 perguntas enviadas por internautas via Facebook.

Apresentando-se simplesmente

como "Joaquim", em vídeo veiculado minutos antes de o bate-papo começar, ele se concentrou nos temas corte de gastos e mudanças em benefícios sociais e driblou algumas perguntas.

O questionamento mais constante sem resposta foi sobre o atraso no pagamento de bolsas para pesquisadores da Capes (fundação de fomento à pesquisa) desde dezembro. Sob a hashtag #cademinhabolsa, muitos protestaram contra o atraso. "Que Pátria

Educadora é essa que não paga seus pesquisadores?", questionou um pesquisador.

Outra questão frequente foi sobre o desfalque nos quadros do Banco Central e se haverá ou não contratação de mais funcionários para a autarquia (os aprovados no concurso mais recente têm questionado sempre os ministros sobre a demora em serem chamados).

Houve a mesma reclamação sobre a Receita Federal. Ambos sem resposta.

Muitos perguntaram sobre o dólar, preocupados com a viagem para a Disney ou para Nova York. Outros sobre a alta de impostos que o ministro sinalizou que pode haver.

Um internauta quis saber a cor preferida e o signo do ministro, nascido em 17 de fevereiro (Aquário).

Outro fez a seguinte pergunta: "O que vai chegar primeiro a R\$ 5,00 - a gasolina, o dólar ou a passagem de ônibus?". Sem resposta.

VEÍCULO: JORNAL DE HOJE

DATA: 10.01.15

EDITORIA: CIDADES

Shopping inova e oferece feira de produtos orgânicos

As praças de alimentação de shoppings são conhecidas pela vasta opção de estabelecimento de fast food (comida preparada rapidamente, geralmente frita e rica em gordura). Mas a consciência da mudança de hábitos alimentares tende a modificar essa realidade. Tanto é que um shopping da zona Sul da cidade, o Praia Shopping, abriu espaço para uma feira de alimentos orgânicos.

Pelo menos até março deste ano, três bancas, com 25 produtos diferentes (folhas, legumes, mel e outros), ficarão montadas das 7h da manhã às 10h aos sábados. Uma das primeiras clientes a aproveitar o novo ponto de venda de produtos orgânicos em Natal foi a servidora pública aposentada Ozilda de Azevedo Medeiros de 73 anos.

Ela mora na cidade Jardim do Seridó, mas tem uma casa no conjunto Ponta Negra, onde sempre passa temporadas. Agora vizinha da feira, ela acredita que sempre fará suas compras no local. "Acho muito importante. Já faço uso desses produtos lá em Jardim do Seridó. Às vezes quando compro na feira normal, lavo até com sabão para tirar aquela massa que eles colocam para crescer", contou.

Dona Ozilda não sabe todas as características que diferenciam um vegetal orgânico de um produzido convencionalmente, mas pelo menos um aspecto ela aprendeu a observar. "A gente vê pelos tamanhos deles. Aqueles outros, eles [os produtores] colocam produtos para crescer", disse.

Para ajudar os consumidores a



Produtos orgânicos são certificados e estão livres de aditivos químicos

identificarem com mais precisão, há institutos certificadores, credenciados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que fornecem selos. Na feira orgânica do Praia Shopping, os produtos são da Horta Viva, empresa produtora que possui selo do IBD (Associação de Certificação Instituto Biodinâmico), um dos mais rigorosos institutos certificadores.

De acordo com Marcos Sena, produtor e um dos proprietários da Horta Viva, para ter a produção considerada orgânica não basta abrir mão de aditivos químicos, "você tem que ter cuidado com o meio ambiente de uma maneira geral. Como você está consumindo um alimento livre de produtos sintéticos, ele tem todos os nutrientes que deve ter. Ele não é forçado a nada". O consumo de agrotóxicos pode provocar doenças a longo prazo, por isso Marcos diz "isso aqui é uma farmácia natural".

Apesar da preocupação com a saúde e a conservação do meio ambiente por parte dos clientes, o preço ainda é um fator que importa para muitos consumidores. "Tem uns que são mais caros, mas a gente pelo menos sabe o que está comprando", considerou Ozilda.

O produtor afirma que a diferença de uma compra de produtos orgânicos e não orgânicos é mínima. Segundo ele, uma compra que custaria R\$ 30,00 de uma cesta variada de vegetais produzidos com agrotóxicos, custaria R\$ 35,00 com os mesmos produtos originários de uma produção orgânica. "Na realidade algumas coisas em determinadas épocas do ano estão mais caras. Quando se fala que o produto orgânico é muito mais caro, isso é em São Paulo. Mas é claro que as condições de produção são diferentes. Não se pode simplesmente combater uma praga aplicando veneno", explicou.

VEÍCULO: JORNAL DE HOJE

DATA: 09.01.15

EDITORIA: CIDADES



Liquidação promete vender dez vezes mais que dias normais

A tradicional Liquidação Fantástica do Magazine! lotou milhares de pessoas em todo país com a promessa de cerca de três milhões de itens com preços de até 70% mais baratos. Em Natal, assim como no restante do Brasil, as lojas abriram às 5h, mas na esperança de conseguir alguns pedacinhos muita gente resolveu dormir na fila e esperar a abertura da loja. A liquidação encerrou às 13h, mas durante o restante do dia, o site da empresa promete grandes promoções. A expectativa é que as lojas vendam dez vezes mais do que o realizado em dias normais.

Em busca dos melhores produtos e preços, muita gente preferiu dormir nas filas até a abertura das lojas. A dona de casa Kaline da Silva Costa Divinópolis foi uma delas. Ela chegou à loja localizada na Avenida Rio Branco, no centro da cidade, às 19h de ontem e foi a primeira a entrar na loja na manhã desta sexta-

feira (9). Os dez primeiros clientes podiam entrar e escolher o que quiseram livremente durante 15 minutos. "Essa é a principal vantagem, pois temos a loja toda para a gente e escolhemos os melhores produtos de forma tranquila, sem coereira. O atendimento é excelente. Vale à pena dormir aqui para obter produtos realmente baratos. Uma máquina de lavar roupas, por exemplo, estava custando no mercado por R\$ 1.800 e eu consegui comprar por R\$ 1.000", conta a dona de casa Kaline da Silva.

Este foi o terceiro ano que Kaline da Silva participou da liquidação. Agora ela comprou uma máquina de lavar roupas, duas televisões: uma de 40 polegadas e outra de 24, um ventilador, uma máquina de barbear, uma geladeira, um liquidificador, um espremedor de frutas, além da sega que também comprou uma máquina de lavar roupas.

"Eu sei que tem a promoção no

início do ano e nos programamos para isso. Se não compramos agora, não compramos depois porque os preços sobem. Essa é a nossa oportunidade. Eu não compro por comprar, mas porque preciso. O segredo é esse, vir focado e saber o que quer e o que realmente precisa", afirma Kaline da Silva.

Em Natal do Brasil, a empresa disponibilizou cerca de três milhões de produtos de setores como eletrodomésticos, eletroeletrônicos, móveis, utilidades domésticas, brinquedos e informática estarão à disposição dos consumidores. A gerente Mariana Alves, da loja localizada no Centro, conta que têm muitas peças de mostruário, mas a maior parte das ofertas é de mercadorias novas negociadas diretamente com os fabricantes para atender exclusivamente aos clientes da Liquidação Fantástica. Para os primeiros clientes, a loja oferece um café da manhã para quem dormiu na fila à espera da abertura da loja.

"São descontos reais que chegam até 70% e o consumidor que entra na loja dificilmente sai de mãos vazias. Não temos apenas produtos de mostruário, mas produtos novos. Independente do produto, a garantia de um ano é a mesma. A expectativa é que hoje consigamos vender dez vezes mais do que nos dias normais". A gerente conta que dobrou a quantidade de funcionários para trabalhar no dia de hoje, passando dos atuais 17 para 34.

A dona de casa Rose Medeiros disse que não sabia da promoção e foi ao Centro da cidade apenas para procurar um liquidificador. "Entrei na fila para saber se realmente é barato mesmo como divulgaram ou se só é conversa". Lá dentro, Rose não se conteve e comprou além do liquidificador, um espremedor de frutas e um ferro de passar.

A professora aposentada Teresinha Veríssimo foi motivada pela curiosidade para conhecer a Liquidação.

"Não estou precisando de nada específico, mas de repente encontramos alguma coisa interessante, por um preço atraente, aí compramos. Além disso, minha filha quer um celular", conta. Já a aposentada Sebastiana Francisca Pereira veio do município de São Paulo do Potengi ontem à noite para aproveitar as promoções. Ela era à seta da fila e conseguiu comprar tudo o que desejava: uma geladeira, um microondas, uma televisão de 40 polegadas, uma máquina de lavar roupas, um multiprocessador e duas camas Boxer de casal. "Me programei o ano inteiro para essa promoção e graças a Deus pude comprar tudo o que eu estava precisando e com uma boa economia".



A dona de casa Kaline da Silva chegou às 19h da quinta-feira (8) para garantir o primeiro lugar na fila de uma das lojas da rede

VEÍCULO: JORNAL DE HOJE

DATA: 09.01.15

EDITORIA: ECONOMIA



Inframérica nega a venda do Aeroporto Aluizio Alves

ENGEVIX, SÓCIA MAJORITÁRIA DO CONSÓRCIO INFRAMÉRICA, PODERIA ESTAR NEGOCIANDO VENDA DOS ATIVOS DO TERMINAL

Carolina Souza

carolina.souza@saal.com.br

Citada pela imprensa nacional como uma das construtoras que estariam colocando seus empreendimentos à venda - devido crise financeira e falta de crédito no mercado provocada por envolvimento na Operação Lava Jato -, a Engevix, sócia majoritária do consórcio Inframérica, administradora do novo aeroporto do RN, negou que estaria vendendo sua participação no Aeroporto Aluizio Alves, em São Gonçalo do Amarante.

Em matéria publicada neste vespertino na edição de ontem (8), O JORNAL DE HOJE, relatou que a construtora estaria estudando a venda de ativos, entre eles sua participação nos aeroportos de Brasília (DF) e de São Gonçalo do Amarante (RN), primeiros terminais do país concedidos à iniciativa privada. Após a publicação da reportagem, a Engevix, através da assessoria de imprensa do consórcio Inframérica, informou que não há planos de se desfazer do aeropor-

to do estado.

"Não há nada em relação ao Aeroporto de São Gonçalo. O ativo do Grupo Jackson [Engevix] que está sendo avaliado é a Desenvix", disse, ao JH. Os ativos da Desenvix, empresa de energia da companhia, já estariam sendo negociados com seu sócio norueguês, a empresa SN Power. A Engevix deve receber mais de R\$ 500 milhões pela participação na Desenvix.

A razão para se desfazer dos seus ativos está no suposto envolvimento da empresa na Lava Jato. Operação da Polícia Federal que investiga um grande esquema de lavagem e desvio de dinheiro envolvendo a Petrobras, empreiteiras do país e políticos. A ideia é que a construtora possa fazer caixa para se reerguer no mercado.

Outra construtora que também estaria oferecendo seus ativos à venda é o Grupo OAS, detentor da concessão do estádio Arena das Dunas, em Natal, e da Arena Fonte Nova, em Salvador. A mesma imprensa nacional que revelou a situação da Engevix, também colo-

cou a OAS na lista das construtoras com interesse em vender ativos.

A OAS estaria pretendendo se desfazer da sua participação na Invepar - que é dona da concessão do aeroporto de Guarulhos -, de negócios de saneamento e dos dois estádios de futebol construídos para a Copa do Mundo. De acordo com informações apuradas pelo Estadão, de São Paulo, a empresa tem uma prestação de conta de R\$ 116 milhões em juros e dívidas e estaria fazendo um plano de reestruturação, que inclui venda de ativos.

O grupo OAS teria investido alto na Invepar, obtendo 25% da sociedade, que está à frente de doze concessionárias, entre elas o aeroporto de Guarulhos, rodovias e metrô pelo país. Desde a manhã desta quinta-feira (8) que a reportagem do JORNAL DE HOJE tenta colher um posicionamento da diretoria da OAS responsável pela Arena das Dunas, mas não consegue retorno. Segundo assessoria de imprensa do grupo em Natal, os diretores ainda não se posicionaram sobre o assunto.



O empresário Newton Prado Júnior - diretor técnico da Engevix - chegou a ser preso pela PF, em Recife, na sétima fase da Operação Lava Jato

VEÍCULO: JORNAL DE HOJE

DATA: 09.01.15

EDITORIA: MARCOS

AURELIO DE SÁ

Presidente da CVC vem a Natal discutir com Robinson retomada de voos charters

■ O executivo paulista Luiz Eduardo Falco, diretor-presidente da CVC – considerada a maior operadora de turismo de lazer da América do Sul – virá a Natal nos próximos dias para um encontro com o governador Robinson Faria e o secretário estadual de Turismo, Rui Gaspar, quando discutirá com eles a possibilidade de ampliação do número de voos fretados pela empresa transportando turistas do Sul e Sudeste para o Rio Grande do Norte.

■ Sabedor de que faz parte dos planos do novo Governo Estadual criar condições para que Natal e outros polos turísticos potiguares voltem a conquistar no país a posição de destaque que tiveram no final dos anos 90 e começo da década passada (quando o Aeroporto Internacional Augusto Severo chegava a receber até 50 voos charters por semana, muitos deles procedentes do exterior), o dirigente da CVC colocou nas suas prioridades fazer essa visita ao governador Robinson Faria e ao secretário Rui Gaspar, de quem é amigo.

■ Pelo que se comenta no mercado, uma das causas do declínio enfrentado pelo turismo do RN nos últimos dez anos foi a agressividade com que as autoridades turísticas dos Estados vizinhos – especialmente Pernambuco, Ceará e Paraíba – passaram a atuar, passando inclusive a oferecer incentivos fiscais e financeiros às grandes operadoras e às companhias aéreas, coisas que o nosso poder público se negou a fazer.

■ Com o passar do tempo, o número anual de turistas que optam pela vinda ao Rio Grande do Norte caiu em cerca de 50 por cento, levando as empresas de aviação a reduzir substancialmente a oferta de voos para Natal.

■ Há hoje consenso dentro do Governo Estadual de que a única alternativa para que se reconquiste a posição de destaque que o nosso turismo já teve, será pela via da redução da alíquota do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) cobrado sobre o querosene de aviação, medida que acarretará tarifas mais baixas para as passagens, a exemplo do que acontece nos Estados vizinhos.

■ A ideia do governador é, possivelmente atra-

vés de decreto, reduzir de 17 para 12 por cento o ICMS sobre o querosene fornecido aos aviões que atendem à malha aérea regular que serve Natal, e de 17 para 5 por cento para o combustível usado pelas aeronaves que fazem voos fretados transportando turistas para cá.

■ O "trade" turístico local se diz convencido de que, havendo essa desoneração do querosene de aviação aqui no Estado, o Aeroporto Internacional Aluizio Alves multiplicará em pouco tempo sua estatística de pousos e decolagens e a nossa economia só terá lucros. Com um detalhe: cobrando menos imposto, o Estado aumentará ainda obterá aumento de arrecadação.

VEÍCULO: JORNAL DE FATO.COM

DATA: 11.01.15

EDITORIA: MOSSORÓ



MANOEL BARRÊTO JUNIOR

*09/02/1963 †06/01/2015

Belva, Manoela, Marina, Viviana, Laumir, demais familiares e amigos de MANOEL BARRÊTO JUNIOR convidam para a MISSA DE SÉTIMO DIA em celebração à sua passagem para a vida eterna.

Data: 12 / janeiro / 2015 (segunda-feira)

Locais:

NATAL: 19h00 - Igreja Matriz de Nossa Senhora das Graças e Santa Teresinha - Av. Rodrigues Alves, 793, Tirol.

MOSSORÓ: 17h00 - Catedral de Santa Luzia - Praça Vigário Antônio Joaquim, Centro.